



IGFCSS INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS DE CAPITALIZAÇÃO
DA SEGURANÇA SOCIAL, IP

Instituto de Gestão de Fundos 

RELATÓRIO E CONTAS 2016



**IGFCSS INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS
DA SEGURANÇA SOCIAL, IP**

RELATÓRIO E CONTAS 2016



SEGURANÇA SOCIAL

Instituto de Gestão de Fundos 

Av. Fernão de Magalhães, 1862 - 3º Dto. (Torre das Antas) | 4350-158 Porto
Tel: 225 082 400 | Fax: 225 082 401 | E-mail: igfcss@seg-social.pt



NOTA DO CONSELHO DIRETIVO	4
NÚMEROS CHAVE	5
INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS, IP	9
ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE EM 2016	12
CONTAS DO EXERCÍCIO	20
RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO	23
BALANÇO SOCIAL	31
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS	33
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	41

Nota do Conselho Diretivo

O ano de 2016 foi caracterizado pela continuação das condicionantes à atividade do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP (IGFCSS,IP) dos anos anteriores.

Ao nível dos recursos humanos, ativo fundamental na atividade de gestão de fundos, mantiveram-se as restrições, fruto do efeito conjunto das carreiras do Instituto ainda não terem sido revistas, do prosseguimento das ações judiciais na sequência dos cortes salariais para implementação das recomendações do Tribunal de Contas e das regras, semelhantes às de anos anteriores, impostas pela lei do orçamento de Estado para 2016.

Apesar destas limitações foi possível, graças ao empenho, zelo e profissionalismo dos trabalhadores e dirigentes do Instituto obter elevadas rentabilidades para os fundos sob gestão. A rentabilidade do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) foi negativa fruto do comportamento da dívida pública portuguesa. Contudo a carteira gerida contra *benchmark* teve uma rentabilidade de 2,83% valor que colocaria esta subcarteira no TOP 5 quando comparada com o desempenho dos Fundos de Poupança Reforma e Fundos de Pensões Abertos, reportado pela Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Património (APFIPP). O Fundo dos Certificados de Reforma (FCR) com uma rentabilidade de 1,31% estaria no top 25% da mesma lista.

A rentabilidade do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) foi de 0,44%, valor muito superior à carteira de referência deste fundo, constituída por dívida pública alemã com maturidade até 3 anos que teve taxas negativas durante 2016. O bom desempenho do FCT pode ainda ser avaliado por comparação com o desempenho dos Fundos de Curto Prazo, a categoria mais próxima, reportado pela APFIPP. Dos 8 fundos reportados, 6 tiveram rentabilidade inferior à do FCT.

O IGFCSS,IP é ainda responsável pela gestão do Regime Público de Capitalização e por todas as atividades administrativas do FCT, apoiando o respetivo Conselho de Gestão. Nesta área continuou a implementação dos processos necessários a uma boa administração do FCT.

Durante o ano iniciaram funções 5 novos colaboradores iniciando o processo de eliminação de um dos constrangimentos que têm limitado as possibilidades de desenvolvimento do Instituto.

Por último, o Conselho Diretivo agradece todo o apoio recebido do Fiscal Único e do Conselho Consultivo do Instituto.

Porto, 13 de abril de 2017.

Números Chave

Instituto

Os custos totais de funcionamento do IGCSS, IP atingiram o valor de 2 242 632,99€¹, aumentando 11,5% face a 2015. Esse aumento, correspondente a cerca de 233 000€, ficou a dever-se na sua quase totalidade (91,5%) à entrada de 6 novos colaboradores entre janeiro e março.

Ainda assim, mantém-se reduzido e praticamente inalterado o rácio entre os custos de funcionamento, cuja estrutura se apresenta na Tabela 1, e o montante médio gerido, que se traduz em 0,016%, aumentando 0,002% face a 2015.

No final do ano o Instituto geria 14 392 430 266,19€², referentes a três Fundos e tinha ao seu serviço 31 colaboradores, incluindo membros do Conselho Diretivo.

TABELA 1 | DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	31.12.2016	31.12.2015
Custos e Perdas		
Fornecimentos e Serviços Externos	690 495,45	681 526,30
Custos com Pessoal	1 462 517,84	1 249 311,33
Amortizações do Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	16 792,90	14 844,81
Provisões do Exercício	24 475,32	33 860,70
Custos e Perdas Financeiros	1 098,49	1 259,01
Custos e Perdas Extraordinários	47 252,99	28 734,11
	2 242 632,99	2 009 536,26
Transferências Concedidas	997 400,40	505 975,75
Proveitos e Ganhos		
Prestações de Serviços	287 910,51	302 152,41
Transferências Correntes do OSS via FEFSS	2 882 424,33	2 286 776,86
Proveitos e Ganhos Financeiros	4 763,00	12 037,87
Proveitos e Ganhos Extraordinários	64 935,55	20 898,38
	3 240 033,39	2 621 865,52
Resultado Líquido do Exercício	0,00	106 353,51

Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS)

Na tabela 2 apresentam-se os principais números relativos ao valor e gestão do FEFSS nos últimos anos.

Durante o ano 2016, manteve-se uma gestão autónoma da carteira de dívida pública portuguesa, decisão tomada em 2011 e que se tem mantido durante a vigência da Portaria n.º 216-A/2013, de 2 de julho. A restante parte da carteira (excluindo imobiliário e reserva estratégica) é gerida tendo por referência a maximização do respetivo índice de *Sharpe*, isto é, da

¹ Excluído o montante da transferência corrente pela devolução de saldos, de 997 400,40 euros.

² Dos quais 14 246 191 709,20€ da carteira do FEFSS, 39 951 620,38€ da carteira do FCR e 106 286 936,61€ da carteira do FCT.

relação risco/retorno. Periodicamente são efetuados rebalanceamentos a esta carteira e tomadas decisões de desvios táticos: desvios temporários aos rebalanceamentos periódicos que originaram, em 2016, um *excess return* de -0,25%.

No final do ano 2016, o valor do FEFS equivalia a 120,70% do montante de gastos anuais com pensões³. O valor do FEFS em proporção do Produto Interno Bruto Português atingiu os 7,7%⁴.

A gestão dos ativos permitiu, desde a constituição do FEFS e até 31.12.2016, acrescentar ao valor resultante de transferências acumuladas, o montante de 6 474 milhões euros. Este valor acrescentado corresponde a uma taxa anual nominal média de rentabilidade de 4,65% desde o início.

TABELA 2 | VALOR E GESTÃO DO FEFS

	Resultados	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Valor do FEFS	Gasto Anual com Pensões	120,70%	119,91%	114,80%	108,08%	101,11%	85,71%
	Proporção do PIB	7,70%	7,93%	7,74%	7,05%	6,62%	5,10%
	Transferências Recebidas (€)	227 482 296 ,31	115 595 610 ,16	79 626 281 ,68	3 433 812 ,79	2 769 951 ,06	297 029 793 ,31
	Transferências Recebidas Acumuladas (€)	7 771 733 871 ,61	7 544 251 575 ,30	7 428 655 965 ,14	7 349 029 683 ,46	7 345 595 870 ,67	7 342 825 919 ,61
	Valor Acrescentado desde Início (€)	6 474 457 837 ,59	6 555 402 747 ,99	6 075 298 220 ,62	4 349 973 886 ,96	3 598 598 803 ,70	1 529 619 750 ,08
	Rentabilidade Nominal Desde a Constituição	4,65%	5,05%	5,17%	4,38%	4,14%	2,22%
Gestão do FEFS	Retorno Nominal Médio Anual no Último Triénio	5,67%	8,28%	14,76%	5,62%	3,38%	-1,92%
	Varição Anual face ao Benchmark da Tutela (funding ratio) ^{a)}	-2,83%	1,62%	0,24%	-1,83%	-1,33%	14,60%
	Excess Return Anual face a Benchmark Interno	-0,25%	0,18%	0,21%	0,16%	-0,44%	-0,06%
	Rentabilidade Líquida	-0,57%	3,56%	14,74%	6,86%	23,32%	-11,00%
	Volatilidade Anualizada	4,81%	5,24%	3,73%	4,43%	7,56%	8,30%
	Montante Médio sob Gestão (MMG) (€)	13 930 223 264 ,21	13 919 292 060 ,66	12 525 998 930 ,29	11 292 699 865 ,31	9 503 432 345 ,55	9 111 784 455 ,94
	Custos de Gestão, Transação e Custódia / MMG	0,02%	0,03%	0,03%	0,04%	0,04%	0,05%

a) A implementação da política de gestão estratégica com o objetivo *funding ratio* foi iniciada em 24.07.2009 face ao EFFAS Portugal. Desde janeiro de 2012 faz-se contra o Benchmark aprovado pelo Ministro da Tutela em dezembro de 2011

Regime Público de Capitalização / Fundo dos Certificados de Reforma (FCR)

Em 31.12.2016 o regime contava com 7 607 aderentes, menos 11 do que em 31.12.2015, o que representa um decréscimo de cerca de 0,01%.

O Fundo dos Certificados de Reforma (FCR) destina-se à concretização dos objetivos do Regime Público de Capitalização e contém duas carteiras autónomas, destinadas, respetivamente, à fase de acumulação (FCR-A) e à fase de utilização (FCR-U).

A carteira da fase acumulação destina-se à maximização do valor capitalizado das contribuições dos aderentes. A carteira da fase de utilização só será constituída caso o IGFCS, IP venha, mais tarde, a internalizar a gestão de planos de rendas vitalícias, o que só sucederá se as condições dos planos de rendas vitalícias disponíveis em cada momento nos mercados

³ Dados fornecidos pelo ISS-CNP em Mar-17 referentes ao período: Jan-16 a Dez-16

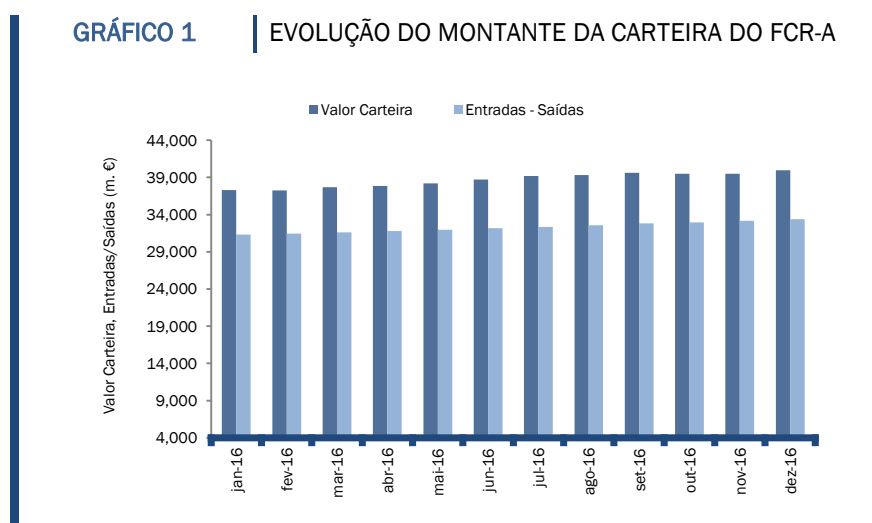
⁴ Dados divulgados pelo INE referentes ao ano de 2016 (Base 2011) - preços correntes

financeiros forem consideradas desfavoráveis para os beneficiários do Regime Público de Capitalização.

Em 31 de dezembro de 2016 existiam 29 227 529,78361 unidades de participação, distribuídas pelos diversos subscritores de acordo com a sua participação mensal, com um valor unitário de 1,36692€.

O valor médio dos CR em 2016 foi de 1,35678€. **O aderente que manteve um montante constante de entregas durante os últimos 12 meses, isto é, entre janeiro e dezembro de 2016, obteve uma valorização do seu património de +1,84%.** Aquele aderente que tenha mantido um montante mensal constante de entregas desde o início do Regime Público de Capitalização (RPC), isto é, desde abril de 2008, acumulava, em 31.12.2016, uma valorização média anual de +3,42%. O valor médio dos CR desde o início foi de 1,18737€. As referidas taxas de valorização contrastam com a medida de rendibilidade habitualmente difundida, que compara o valor unitário do certificado de reforma no final do ano com o do início do ano, a qual se cifrou em +1,31%. Esta medida não reflete, porém, o mecanismo de aquisição de certificados de reforma que caracteriza o RPC, que é o de contribuições mensais constantes

A carteira do FCR-A ascendia, em 31.12.2016, a 39 951 620,38€.

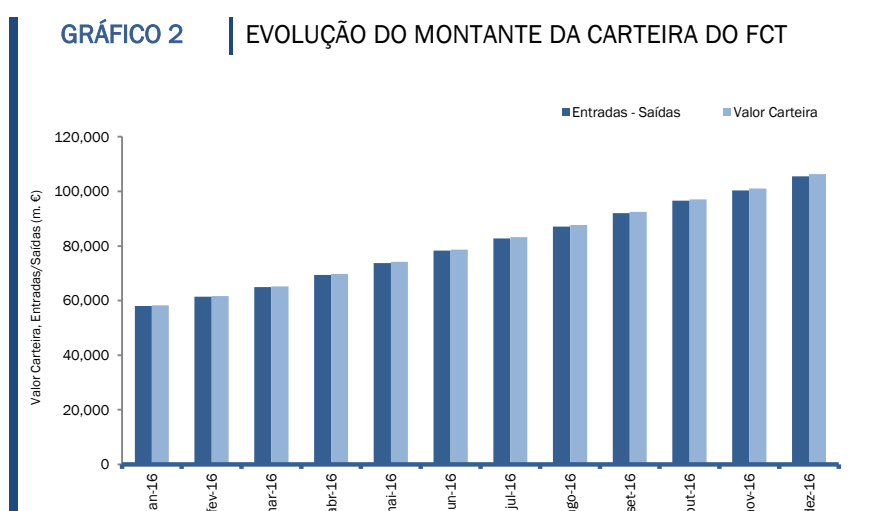


O FCR-A foi criado em abril de 2008 com um montante inicial de subscrições de 328 891,63 euros. A média mensal de subscrições líquidas durante o ano 2016 ascendeu a 177 851,83 euros, cifrando-se num total de 2 134 221,99 euros neste ano. Este valor adicionado às subscrições líquidas dos anos anteriores totaliza o valor de 33 363 659,64 euros desde a criação do Fundo.

Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), criado pela Lei nº 70/2013, de 30 de agosto, é um fundo autónomo, de capitalização individual, que visa garantir o pagamento de até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos do artigo 366º do Código do Trabalho, respondendo até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva. Estão abrangidas pelo regime jurídico do FCT as relações de trabalho reguladas pelo Código do Trabalho que se iniciaram após o dia 1 de outubro de 2013.

As adesões ao FCT iniciaram-se a 14 de outubro de 2013 e o fundo tem vindo a registar um crescimento muito significativo.



Deste modo, em 31 de dezembro de 2016, o valor do fundo ascendia a 106 286 936,61€, quase duplicando o valor de 2015 (54 818 275,82€), reflexo de um crescimento muito acentuado do número de empregadores aderentes (164 120 em 2016⁵, face aos 106 753 de 2015, um aumento de cerca de 54%) e, sobretudo, do número de contratos de trabalho abrangidos (1 793 438 em 2016⁶, contra os 877 382 de 2015, um crescimento superior a 100%).

O valor das unidades de participação do FCT era, em 31.12.2016, de 1,02971€, contrastando com os 1,02527€ de 2015, correspondendo a uma valorização média anual de 0,77%.

Desde a criação do fundo, a valorização média das unidades de participação é de 0,70%.

⁵ Número de empregadores com um saldo maior que zero na respetiva conta global no dia 31 de dezembro.

⁶ Número de trabalhadores com saldo maior que zero na respetiva conta individual no dia 31 de dezembro.

Instituto de Gestão de Fundos, IP

Enquadramento Legal

O Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP (IGFCSS, IP) é um instituto público dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, cuja lei orgânica foi aprovada pelo Decreto-Lei 203/2012, de 28 de agosto, tutelado pelo Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

O IGFCSS,IP tem como atribuições a gestão de fundos em regime de capitalização, no âmbito do financiamento do sistema de segurança social do Estado e de outros sistemas previdenciais, a administração do Regime Público de Capitalização e a gestão em regime de capitalização dos fundos que lhe estão subjacentes e, nos termos do disposto na Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, a administração e a gestão do Fundo de Compensação do Trabalho.

Complementarmente, o Instituto pode prestar a outras entidades, públicas ou privadas, serviços de gestão ou de apoio técnico decorrentes da sua experiência de atividade e da informação económico-financeira de que dispõe.

Nos termos do disposto no Decreto-Lei 203/2012, de 28 de agosto, o património do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) é distinto do Património do IGFCSS, IP, embora aquele esteja integrado neste (n.ºs 3 e 4 do art.º 1º do Decreto-Lei 203/2012). Por conseguinte são elaborados conta e orçamento específicos para o IGFCSS,IP e para o FEFSS.

O Fundo dos Certificados de Reforma (FCR) é um património autónomo destinado à concretização dos objetivos do regime público de capitalização e, como tal, único responsável pelo cumprimento das obrigações dele decorrentes, de acordo com o n.º 2, art.º 1 do Regulamento de Gestão do FCR aprovado pela Portaria 212/2008, de 29 de fevereiro (ver relatório e contas do FCR).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo autónomo dotado de personalidade jurídica e destina-se a assegurar o direito do trabalhador ao recebimento efetivo de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho (n.ºs 1 e 2 do art.º 3.º da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto).

Missão, Visão e Valores

Visão

Ser um organismo de elevado valor instrumental para o Estado.

Missão

O Instituto tem como missão maximizar o valor dos ativos sob gestão, de acordo com as necessidades de longo prazo dos clientes.

Valores

O IGFCSS, IP pauta-se, na prossecução dos seus objetivos, por um conjunto de valores basilares de que os colaboradores do Instituto prestam provas diárias:

- ✓ **Responsabilidade pública:** “somos um instrumento do Estado”.
- ✓ **Eficiência:** “medir, gerir, criar valor”. Solução de investimento mais eficiente.
- ✓ **Resultados:** “fazer acontecer”.
- ✓ **Gestão do risco:** “É nisto que somos especiais!” Preservando a continuidade de negócio, gerimos o risco de mercado a partir de uma opinião própria que integra os horizontes de curto, médio e longo prazo.
- ✓ **Igualdade Género:** “Prosseguimos em todos os atos a igualdade entre mulheres e homens, bem como a conciliação entre a vida profissional, a vida familiar e pessoal”.

Órgãos Sociais

Conselho Diretivo, cujo mandato se iniciou a 01.01.2014⁷

- ✓ Prof. Doutor Manuel Pedro da Cruz Baganha, *Presidente*
- ✓ Prof. Doutor Paulo Manuel de Moraes Francisco, *Vice-Presidente*
- ✓ Dra. Teresa Maria Silva Fernandes, *Vogal*

Conselho Consultivo⁸

- ✓ *Presidente:* Prof. Doutor Fernando Lopes Ribeiro Mendes
- ✓ Dra. Teresa Figueiredo de Vasconcelos Caeiro
- ✓ Dr. Rui Filipe de Moura Gomes, em representação do IGFCSS, IP
- ✓ Dra. Cristina Maria Nunes da Veiga Casalinho, em representação do IGCP, EPE
- ✓ Dr. José Emílio Mendes Pires, em representação da CGTP-IN
- ✓ Sr. Sérgio Alexandrino Monteiro do Monte, em representação da UGT
- ✓ Dra. Cristina Isabel Jubert de Nagy Moraes, em representação da CAP
- ✓ Dr. Pedro d’Almeida Freire, em representação da CCP
- ✓ Dr. Rafael Campos Pereira, em representação da CIP
- ✓ Dra. Adília Maria Cardoso Lisboa, em representação da CTP

⁷ Designados, respetivamente pelos Despachos do Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social n.º 16712/2013, de 16/12; 16716/2013, de 16/12 e 16933-B/2013, de 20/12, publicados na 2.ª série do DR em 24/12 e 30/12.

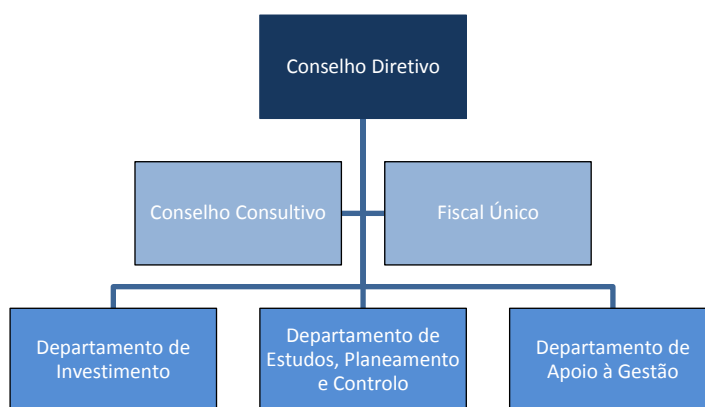
⁸ Designado por Despacho do Ministro da Solidariedade e Segurança Social n.º 8969/2013, de 27/06, publicado na 2.ª série do DR em 9/07/2013.

Fiscal Único⁹

- ✓ Sociedade de Revisores de Contas Horwath & Associados , SROC, Lda

Organograma

IMAGEM 1 | ORGANOGRAMA DO IGFCSS,IP



⁹ Designado por Despacho Conjunto do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social n.º 3378/2013, de 28 de janeiro, publicado na 2.ª série do DR em 4 de março.

Enquadramento da Atividade em 2016

Ambiente Macroeconómico

O ano de 2016 manteve um prolongamento da tendência que se expressava nos anos anteriores, manifestando um movimento continuado de recuperação da atividade económica e do comércio mundial, que se deu a um ritmo globalmente moderado, devolvendo contudo sinais de alguma aceleração na reta final do ano.

Pese embora a continuidade da recuperação económica, a persistência de crescimentos moderados num contexto de fortíssimo suporte monetário e de ausência de inflação tem suscitado reticências quanto à capacidade de sustentação da procura, de modo autónomo, limitando assim as expectativas quanto ao crescimento futuro, uma perspetiva igualmente expressa nos mercados financeiros, resultando desta forma no condicionamento de uma expansão mais firme do consumo e do crescimento potencial.

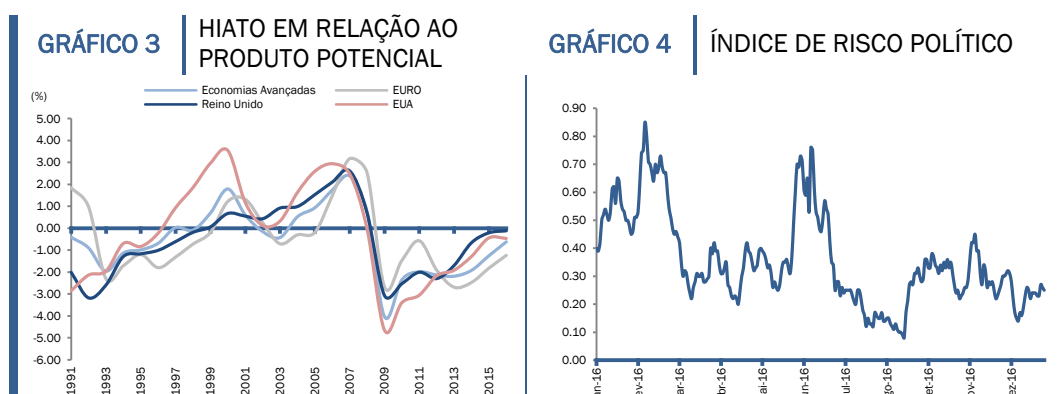
De facto, nas economias avançadas, o estímulo da política monetária e uma recuperação dos preços de matérias-primas têm conferido algum suporte à atividade económica, observando-se contudo que os progressos do comércio internacional e o investimento se mantiveram brandos, limitando o restabelecimento da produtividade, ainda em recuperação dos efeitos da crise financeira, assim como a evolução dos salários, fatores indispensáveis para uma aceleração decisiva do crescimento, assim como para a definição de um percurso de crescimento sustentado do consumo.

A segunda metade do ano trouxe consigo o regresso de valores de inflação mais normais, movidos numa primeira fase pela pressão exercida pela subida dos preços das *commodities* e, previsivelmente, incorporando numa fase posterior a evolução mais intrínseca dos preços na economia. Todavia, tendo em conta a evolução contida das pressões tanto no mercado de trabalho como no mercado de produtos, a inflação subjacente tem-se mantido modesta na generalidade das economias, denotando-se pressões mais evidentes apenas no caso dos Estados Unidos.

Por seu lado, as economias menos desenvolvidas oferecem sinais de recuperação do crescimento, favorecido pelas políticas ainda expansionistas vigentes na economia chinesa assim como pelo alívio da contração económica em várias economias produtoras de matérias-primas como o Brasil e a Rússia, um processo favorecido pela recuperação do preço destas matérias.

Tendo em conta a evolução económica tépida, os principais bancos centrais têm mostrado relutância em suspender ou retroceder nas políticas de expansão monetária levadas a cabo nos últimos anos, tendo inclusivamente sido levado a cabo um reforço de intervenção, por parte do BCE e do BoJ, na prossecução do objetivo de inflação, enquanto no Reino Unido a perspetiva de um início de normalização de taxas perdeu força perante a necessidade de

fazer face aos riscos contidos no “Brexit”. Contudo, estes reforços de atuação começam a ser percebidos como problemáticos na sua implementação, com as políticas de expansão monetária a aparentarem estar prestes a atingir o limite nas economias desenvolvidas. Efetivamente, o compromisso de proceder a compras de ativos específicos em montantes pré-determinados não só não tem apresentado resultados tangíveis no estímulo do crescimento económico e da inflação, como ainda tem criado riscos significativos associados à valorização dos ativos que começam a mostrar-se escassos, criando dúvidas sobre a possibilidade de manutenção da aquisição de títulos, com um risco aceitável, no balanço dos bancos centrais.



Em resultado desta alteração de perceção começou a delinear-se a perspetiva de alguma alteração do equilíbrio entre as medidas de estímulo à economia, projetando-se um maior apoio da política fiscal enquanto a política monetária, mantendo-se claramente expansionista, deve no entanto transitar de uma fase de reforço para o esboço de uma estratégia de saída, em função do esgotamento do espectro de intervenção a par com o reconhecimento de um caminho de progressiva normalização das condições económicas. Contudo, a importância dos riscos políticos tem definido uma barreira elevada a movimentos de uma maior normalização da política monetária, resultando num posicionamento mais paciente do que o habitual por parte dos bancos centrais.

Efetivamente, este processo de realinhamento económico, que parecia encontrar-se em definição, viu-se perturbado pela emergência de novos choques, destacando-se como evento maior, que tomou o mundo de surpresa, o voto do Reino Unido em favor de uma saída da União Europeia. Apesar da reação da economia e dos mercados financeiros a este evento inesperado se ter revelado surpreendentemente ordenada, o impacto definitivo encontra-se por apurar, com o destino dos acordos institucionais e comerciais entre o Reino Unido e a União Europeia ainda em aberto. A somar à incerteza sobre o desfecho das negociações inerentes ao “Brexit” encontra-se o possível impacto do resultado deste evento sobre o sentimento político em outros estados membro da União Europeia onde tanto os desenvolvimentos políticos globais como as condições internas favorecem a possibilidade de sucessos eleitorais por parte de partidos e movimentos alternativos, altamente contestatários das políticas

vigentes, tendencialmente protecionistas, representando por estas razões um elevado risco de eventos políticos desestabilizadores no seio da Zona Euro.

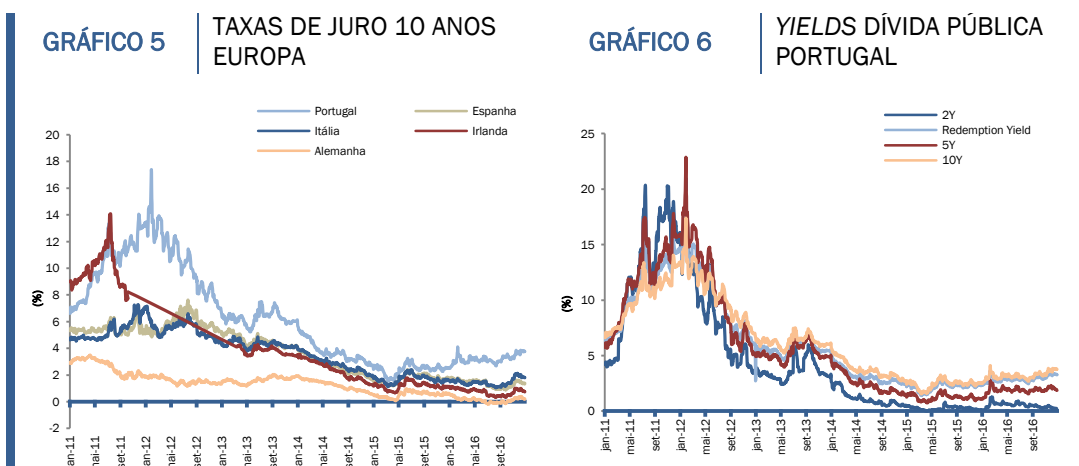
De modo idêntico, a vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais americanas definiu-se como um evento inesperado desencadeando, à semelhança do “Brexit”, a perceção de que ocorrências desta natureza podem resultar em alterações decisivas da ordem política e do rumo económico que se perspectivava. Em linha com o entendimento do mercado, avaliamos globalmente que os principais efeitos da implementação do seu programa sejam o de um crescimento económico mais forte no curto prazo, défices fiscais mais elevados e um aumento dos valores de inflação. Muito embora a perspectiva de concretização de um vasto plano de estímulo fiscal seja objeto de uma leitura amplamente positiva, o cariz mais protecionista do discurso do presidente eleito assumiu uma importante carga simbólica que se veio a sobrepôr à expectativa de concretização das medidas de incentivo à economia norte-americana que poderia repercutir efeitos benéficos para o resto do mundo. Esta evolução originou uma reavaliação do sentimento extremamente favorável observado no período pós-eleições resultando em algum refreamento nos mercados de expectativas mais positivas.

O ano termina assim num contexto de elevada incerteza, com perspectivas de evolução que se mostram dicotómicas. Se por um lado a perspectiva de normalização das condições económicas, alavancada por algum estímulo fiscal, sugere a possibilidade de uma aceleração de crescimento que permita uma descolagem do ambiente de reduzida produtividade, por outro seria necessário que esta evolução se desse num ambiente favorável em termos de relações comerciais à escala global. Efetivamente, a emergência de uma tendência de protecionismo comercial, com riscos de um crescendo de medidas de retaliação, tenderia a comprometer o impacto positivo de fundo que se espera nos próximos tempos, tanto em termos domésticos como à escala global.

Atividade Económica e Preços

Com um virar de ano um pouco “tumultuoso” em termos políticos, devido à eleição de um novo Governo com apoio de uma maioria parlamentar de um conjunto de partidos tradicionalmente fora do “arco da governação”, o ambiente económico no seu início foi marcado por alguma incerteza. O novo executivo, trazendo uma orientação distinta em termos de política económica e orçamental, em comparação com o anterior, criou uma reação dos mercados à solução governativa de alguma desconfiança, suscitando nos primeiros meses de 2016 um incremento dos *spreads* das *yields* portuguesas face à *yields* do *core* da Europa. Mas parte do ceticismo revelado numa fase inicial, designadamente à reversão de algumas decisões do governo anterior que visaram a redução da despesa pública ao nível das remunerações dos funcionários públicos e pensionistas, foi sendo “relativizado” à medida que os resultados orçamentais cumpriam com as regras europeias definidas para o ano. As taxas de remuneração voltaram a acalmar em meados do ano, ajudadas igualmente pela promessa de continuação

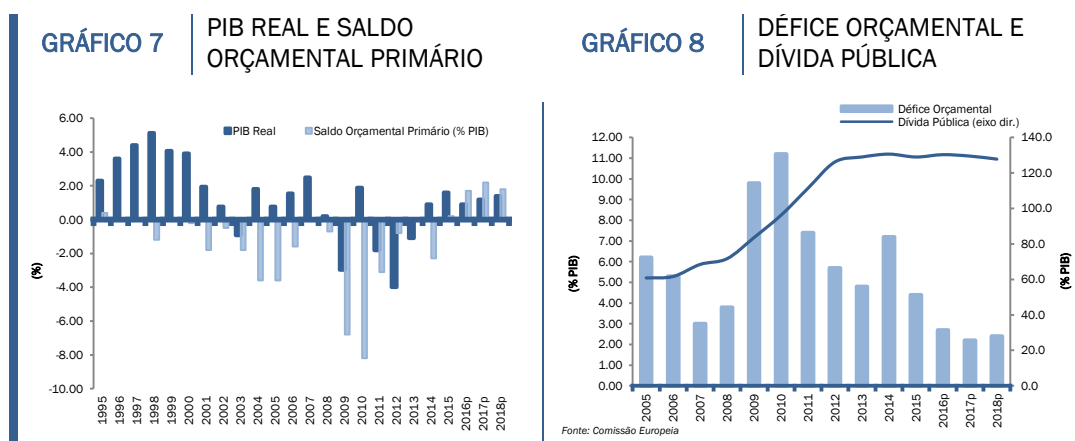
dos estímulos por parte do BCE que, numa primeira fase, prolongou o programa de compras de dívida soberana para março de 2017 e, já no final do ano, revelou a intenção de alargar temporalmente o referido programa para finais de 2017, ainda que a um ritmo mensal menos intenso. A própria solução governativa e a conjugação de apoios partidários foi sendo sedimentada, enviando sinais aos agentes económicos que dificilmente se poderia esperar no curto-prazo um cenário de crise política e a necessidade de novas eleições antecipadas.



Assim, depois de um início de ano de crescimento bastante fraco, a economia acelerou no segundo semestre colhendo os frutos de uma maior estabilidade política e social e beneficiando dos incrementos no consumo privado e nas exportações líquidas. O ano terminou com um crescimento médio de 1,4%, valor que se posiciona aquém da estimativa inicial do governo (1,8%) e do registo do ano anterior (1,5%), mas surpreendentemente além das estimativas de meio do ano das principais organizações internacionais, que estimavam um crescimento abaixo de 1,0%. Independentemente do maior ou menor ritmo de expansão demonstrada, o ano foi bastante favorável ao nível do mercado de trabalho, com a continuação de uma trajetória de queda na taxa de desemprego, no final de 2016 já muito perto dos 10,0%, e de criação de emprego a um ritmo semelhante ao do crescimento do produto. O défice público também surpreendeu ao posicionar-se em valores não superiores a 2,3%, abaixo dos 2,6% acordados com Bruxelas. A análise às contas públicas mostra que grande parte do efeito da redução de défice se deveu, essencialmente ao aumento das receitas (devido ao aumento de alguns impostos) e à forte redução das despesas de investimento.

Mas não obstante a perspetiva de sustentabilidade no crescimento e na dinâmica da atividade económica doméstica e de, aparentemente, os dados do défice revelarem uma situação de controlo e estabilização, a economia continua a enfrentar riscos à entrada para 2017. Parte desses riscos advêm da Europa, dado o contexto político muito instável associado à realização de eleições decisivas na França, Holanda e Alemanha durante o ano, riscos esses intensificados depois da eleição de Donald Trump nos EUA. O crescimento da Zona Euro, ainda que relativamente contido e abaixo do potencial, tem sido sustentável, o que tem proporcionado uma

âncora de estabilidade para a economia portuguesa, que beneficia também de um forte crescimento da economia vizinha: a Espanha. Paralelamente há riscos que advêm da política monetária, e que decorrem simplesmente da possibilidade de interrupção/*tapering* no programa de compras do BCE. Por outro lado, um dos temas que tem estado bastante presente no “radar” dos investidores no último ano é a situação da banca europeia, sendo que o caso particular de Portugal e da Itália aparecem como exemplos de enormes fragilidades. No caso português, a indefinição em relação à venda do Novo Banco, a situação de rentabilidade do banco público (a CGD) e dos esforços de recapitalização necessários, assim como as enormes perdas de mercado no valor de um dos bancos de referência (o BCP) colocam entraves e riscos ao sistema financeiro português, tomados de forma séria pelos investidores estrangeiros. Finalmente, porque apesar do contexto orçamental ser agora mais estável, a dívida pública portuguesa consegue apenas não degradar os seus níveis em percentagem do PIB nos últimos dois anos, permanecendo em redor de 130%. Mesmo com um défice orçamental primário positivo há dois anos consecutivos e perante um crescimento nominal interessante, os investidores parecem temer os efeitos que a subida das taxas de juro a nível global, entretanto em marcha, possa ter nos países com um *stock* de dívida mais elevado, e logo com encargos de serviço da dívida maiores.



Como acima referido, em termos de crescimento económico, o início do ano foi bastante fraco, com a economia a acelerar no segundo semestre colhendo os frutos de uma maior estabilidade política e social e beneficiando dos incrementos no consumo privado e nas exportações líquidas. A economia cresceu 1,4% face a 1,6% em 2015 e uma estimativa inicial do governo de 1,8%. A economia portuguesa consolidou assim o 3º ano de crescimento consecutivo e conjuga 11 trimestres consecutivos de crescimento, em cadeia, ininterruptos.

Tal como no ano passado, o crescimento da economia portuguesa voltou a assentar no consumo privado que cresceu a uma média de 2,3%, ligeiramente inferior aos 2,6% observados no ano passado e que corresponderam ao máximo dos últimos 16 anos. A manutenção de fatores mais estruturais como a intensificação da trajetória de descida da taxa de desempre-

go e a manutenção da reposição de rendimentos à função pública, cuja redução salarial foi implementada no âmbito do programa de ajustamento da *troika*, devolveram um maior otimismo e um reforço da confiança dos consumidores, potenciando uma melhoria no consumo.

Ao nível dos gastos públicos, não se registaram grandes alterações ao longo do ano, mantendo-se o ritmo de expansão de 0,8%, com as projeções a pontarem para uma moderação.

Ao nível do investimento, depois de uma aceleração significativa no ano passado, de 4,5%, volta a contrair 0,3% ao longo deste ano tendo a quebra sido mais acentuada no primeiro semestre. Este recuo do investimento ocorreu de forma mais intensa no sector da construção, penalizado pela redução do investimento público num contexto de consolidação orçamental, observando-se igualmente quedas expressivas nas categorias associadas a equipamentos produtivos, influenciados, nos dois casos, pela persistência da contração do crédito às empresas. Em contrapartida, o investimento em equipamento de transporte manteve-se robusto, encontrando-se possivelmente ainda a recuperar das fortes contrações observadas após a crise das dívidas soberanas.

Ao nível da procura externa líquida, as exportações continuam a sua trajetória de crescimento, mantendo um ritmo de crescimento robusto (4,4%), aproveitando o crescimento dos principais parceiros comerciais, a depreciação do euro e ganhos de quota de mercado. Ao nível das importações, observa-se igualmente um abrandar do ritmo de crescimento para cerca de metade (4,4% vs 8,2%) do ano passado.

TABELA 3 | PIB PORTUGAL POR COMPONENTES – ÓTICA DA DESPESA

Componentes PIB (Ótica da Despesa)	Estrutura PIB 2016	Dados Anuais			Dados Trimestrais Homólogos				Contributos médios PIB 2016	Média 1995-2016
		2014	2015	2016	2016 Q1	2016 Q2	2016 Q3	2016 Q4		
Consumo Privado	66,9%	2,3	2,6	2,3	2,5	1,6	1,9	3,1	1,5 p.p.	0,5
Gastos Públicos	19,1%	-0,5	0,8	0,8	1,4	0,8	0,5	0,5	0,1 p.p.	-0,3
FBCF	16,3%	2,3	4,5	-0,3	-2,1	-2,1	-1,8	2,6	-0,1 p.p.	-2,9
Exportações	45,5%	4,3	6,1	4,4	3,7	1,9	5,6	6,4	-0,1 p.p.	4,2
Importações	-48,0%	7,8	8,2	4,4	4,8	1,5	3,9	7,3		2,4
PIB Real	100,0%	0,9	1,6	1,4	1,0	1,0	1,7	2,0	1,4	1,2
Dif. Crescimento face à Zona Euro		-0,3	-0,4	-0,2	-0,7	-0,6	-0,1	0,3		

Fonte: Bloomberg, INE

TABELA 4 PREVISÕES DE CRESCIMENTO DO PIB PARA PORTUGAL 2016/18

Organismos	2016	2017	2018
Min. Finanças - OE 2016	1,2%	1,6%	-
Banco de Portugal	1,2%	1,4%	1,5%
FMI	1,3%	1,3%	1,2%
OECD	1,2%	1,2%	1,3%
Comissão Europeia	1,3 %	1,6%	1,5%
Mediana Bloomberg	1,2%	1,2%	1,2%
Média	1,2%	1,4%	1,3%

As perspetivas para a economia portuguesa em 2017 apontam para a manutenção de crescimentos não muito díspares dos verificados nestes dois últimos anos, em torno dos 1,5%. As últimas projeções da Comissão Europeia apontam para um crescimento de 1,6% em 2017 e um abrandamento para 1,5% em 2018. Espera-se uma evolução mais moderada do consumo privado, que, não obstante o suporte continuado dos progressos do mercado de trabalho e do aumento do salário mínimo deverá, no entanto, sofrer os efeitos de contenção exercidos pela subida da inflação, pela continuação do processo de redução de dívida e ainda pela dinâmica mais estabilizada dos salários na função pública. O investimento poderá mostrar uma recuperação, menos clara no sector da construção, mas que terá no sector de equipamentos produtivos reflexos mais visíveis tendo em conta alguma recuperação de confiança económica, esperando-se ainda uma recuperação do investimento publico mediante a implementação de novos projetos no âmbito do novo período de programação de investimentos da União Europeia. Aguarda-se ainda a manifestação de uma maior dinâmica das exportações líquidas, estimuladas pela recuperação do preço das matérias-primas e ainda por um ambiente global mais favorável.

Mantendo a tendência descendente iniciada em 2013, a taxa de desemprego continuou o seu percurso de descida gradual, recuando em termos médios de 12,6% em 2015 para 11,2% em 2016, tendo registado 10,2% no mês de dezembro, sendo o valor mais baixo da série desde março de 2009. O número de pessoas desempregadas ascendeu, em termos médios anuais a 571 mil pessoas em 2016, representando um decréscimo face aos 648 mil indivíduos correspondentes à média anual verificado no ano anterior (-11,8%). Na perspetiva da criação de emprego, verifica-se uma intensificação da dinâmica, com a população empregada a crescer cerca de 1,5% (+102 mil pessoas do que em 2015, totalizando 4 587 mil indivíduos em 2016). Tal, representa uma aceleração face ao ano de 2015 (+57 mil pessoas, quase metade), posicionando-se ainda muito aquém dos máximos de quase 5,0 milhões de indivíduos empregados em 2001, pelo que se deverá conservar ainda uma enorme folga na utilização de recursos produtivos.

GRÁFICO 9 SENTIMENTO ECONÓMICO PORTUGAL VS ZONA EURO

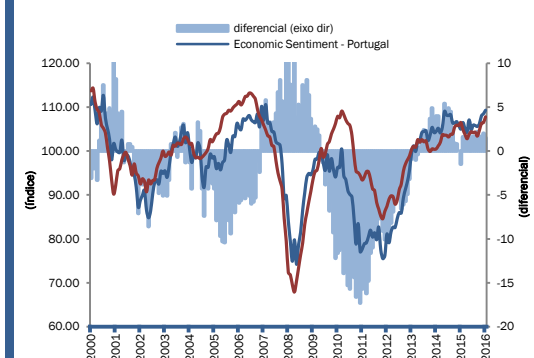
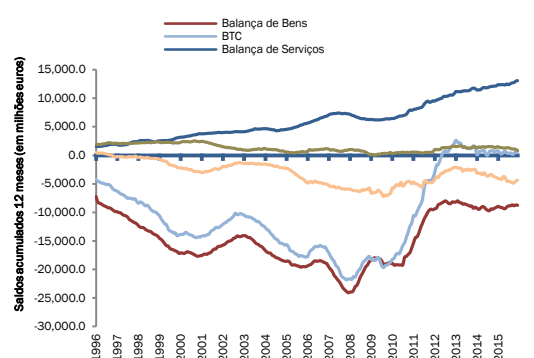


GRÁFICO 10 BALANÇA DE TRANSAÇÕES CORRENTES DE PORTUGAL



A inflação em Portugal continuou a recuperar ao longo do ano 2016, registando um valor médio homólogo de 0,6%, ligeiramente acima dos 0,5% correspondentes ao valor médio do ano anterior, reforçando assim o território de inflação face à contração dos preços evidenciada em 2014 (-0,2%, registo médio anual). A trajetória reproduz assim, com o natural efeito *lag*, a evolução favorável do crescimento económico, tendo também beneficiado a inflação *core* que progrediu de um crescimento médio de 0,6% em 2015 para 0,9% em 2016. Analisando a evolução média das componentes, verificamos que os contributos positivos ocorrem essencialmente nas componentes de vestuário e calçado que, ainda que permanecendo em contração, observam um alívio em termos médios (de -2,3% para -0,9%), assim como na componente de cultura e lazer, refletindo a evolução bastante favorável dos serviços, nomeadamente do turismo que cresceu bastante no último ano. Em contrapartida, a penalizar esta variável, identificamos a componente das bebidas alcoólicas e tabaco, assim como a saúde. No que diz respeito ao impacto sobre os preços no consumidor das medidas de tributação aplicadas em 2016, o efeito estimado é relativamente pequeno, uma vez que o efeito positivo resultante do aumento dos impostos sobre vários produtos (nomeadamente, sobre os produtos petrolíferos, veículos e tabaco) foi parcialmente compensado pela diminuição do IVA na restauração, que entrou em vigor em julho deste ano.

GRÁFICO 11 TAXA DE DESEMPREGO PORTUGAL VS ZONA EURO

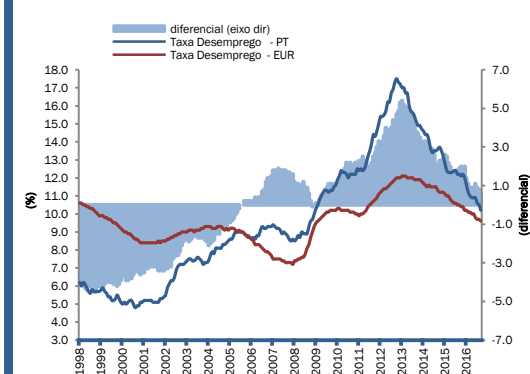
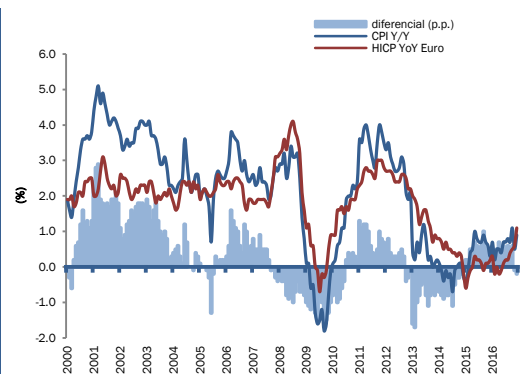


GRÁFICO 12 INFLAÇÃO HOMÓLOGA PORTUGAL VS ZONA EURO



Contas do Exercício

Situação Patrimonial

Nos termos do DL 203/2012, de 28 de agosto (diploma que aprova a lei orgânica do IGFCSS, IP):

- ✓ *O IGFCSS dispõe das receitas provenientes de dotações que lhe forem atribuídas no Orçamento de Estado e pelo Orçamento da Segurança Social para funcionamento, em contrapartida pelo serviço de administração e gestão dos fundos sob sua gestão (nº 1 do artigo 11º);*
- ✓ *O saldo das receitas referidas nos números anteriores [abarcando a totalidade das receitas do IGFCSS] verificado no final de cada ano transita automaticamente para o FEFSS, independentemente de quaisquer formalidades (nº 3 de artigo 11º).*

Da leitura destas duas normas resulta claro, desde logo, que todos os custos de funcionamento do IGFCSS,IP são financiados por verbas do orçamento de estado (OE) ou do orçamento da segurança social (OSS). Com efeito, todas as despesas que resultam da sua atividade são previamente enquadradas e balizadas por um orçamento anual, sujeito à aprovação da tutela, sendo o valor correspondente transferido do FEFSS. Não faz por isso qualquer sentido considerar que a sua exploração possa ser deficitária.

Por outro lado, todo o dinheiro que receba para financiamento da sua atividade (proveniente do OE, do OSS ou de qualquer outra fonte de financiamento, designadamente das verbas que lhe são pagas pelo Fundo dos Certificados de Reforma e pelo Fundo de Compensação do Trabalho) que não seja gasto no exercício é integrado no FEFSS. Resulta desta norma que, se por um lado a exploração não é deficitária, por outro lado, ela também não é superavitária.

Neste contexto pode concluir-se que, em contínuo, a situação patrimonial é naturalmente neutra.

Como forma de assegurar uma imagem fiel e verdadeira da situação patrimonial do IGFCSS,IP, evitando que a perspetiva temporal aplicada aos conceitos ligados à ótica patrimonial (custos e proveitos) decorrente da aplicação do princípio da especialização de exercícios os distancie dos conceitos ligados à ótica orçamental (despesas e receitas) que norteia o financiamento do Instituto, gerando temporariamente resultados (positivos ou negativos) que desviam a situação patrimonial do Instituto da posição neutra que deve assumir, procede-se, naquelas situações, ao acréscimo ou diferimento de proveitos e custos por contrapartida dos valores a transferir pelo FEFSS.

O procedimento assenta no princípio contabilístico da continuidade, tem em conta as normas que regem o financiamento da atividade do Instituto acima apresentadas e aplica-se, sem exceção, a situações que a prazo são neutras do ponto de vista dos resultados. Em consequência da aplicação deste procedimento, o resultado líquido do Instituto em 2016 é nulo.

Conta de Exploração

Os custos de administração correspondentes ao funcionamento do Instituto têm estrutura semelhante à de uma sociedade gestora de fundos, concentrando-se especialmente nos custos com pessoal e nos fornecimentos e serviços externos.

TABELA 5 | DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	31.12.2016	31.12.2015
Custos e Perdas		
Fornecimentos e Serviços Externos	690 495,45	681 526,30
Custos com Pessoal	1 462 517,84	1 249 311,33
Amortizações do Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	16 792,90	14 844,81
Provisões do Exercício	24 475,32	33 860,70
Custos e Perdas Financeiros	1 098,49	1 259,01
Custos e Perdas Extraordinários	47 252,99	28 734,11
	2 242 632,99	2 009 536,26
Transferências Concedidas	997 400,40	505 975,75
Proveitos e Ganhos		
Prestações de Serviços	287 910,51	302 152,41
Transferências Correntes do OSS via FEFSS	2 882 424,33	2 286 776,86
Proveitos e Ganhos Financeiros	4 763,00	12 037,87
Proveitos e Ganhos Extraordinários	64 935,55	20 898,38
	3 240 033,39	2 621 865,52
Resultado Líquido do Exercício	0,00	106 353,51

Os proveitos obtidos pelo IGFCS, IP em 2016 provieram, principalmente, de dotações atribuídas pelo orçamento da segurança social (OSS), através do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS)¹⁰, da prestação do serviço de gestão do Fundo dos Certificados de Reforma (FCR)¹¹ e do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)¹². As dotações atribuídas pelo OSS correspondem à imputação ao FEFSS dos custos de funcionamento e despesas de investimento do IGFCS, IP incorridas por este no ano económico.

De acordo com o estipulado no art.º 91, da Lei n.º4/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Segurança Social), os saldos de gerência do IGFCS, IP são transferidos para o FEFSS.

Excluída a devolução dos saldos de gerência de 2016 (997 400,40€) os custos de funcionamento do Instituto (2 242 632,99€) corresponderam a 0,016% do montante médio de fundos sob gestão durante o ano (14 036 488 124,00€) e concentram-se nas rubricas de custos com pessoal (65%) e fornecimentos de bens e serviços (31%). Destes, a maioria (23%) correspondem aos encargos com as instalações (171 000,41€) e ao custo dos terminais de informação financeira Bloomberg (351 781,56€).

¹⁰ Conforme o disposto no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei 203/2012, de 28 de agosto.

¹¹ Conforme o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 203/2012, de 28 de agosto, em conjugação com o disposto na alínea e) do artigo 30.º do Decreto-Lei 26/2008, de 22 de fevereiro.

¹² Conforme o disposto no n.º 2 do artigo 12.º do regulamento n.º 390-B/2013, de 14 de outubro.

Esta situação é característica da atividade de gestão de investimentos de fundos, particularmente assente em meios humanos e informacionais.

Remuneração dos Órgãos Sociais

Nos termos do disposto no artigo 10º do Decreto-Lei 203/2012, de 28 de agosto 'Os membros do conselho diretivo são equiparados, para efeitos remuneratórios, a gestor público'. Nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 da RCM n.º 34/2012, de 7 de março, o IGCSS,IP é classificado no grupo A. Os vencimentos correspondentes ao grupo A encontram-se concretizados na RCM n.º 16/2012, de 9 de fevereiro.

No entanto, atento o princípio legalmente instituído que proíbe, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (cujos efeitos foram prolongados por força do disposto no decreto-lei de execução orçamental para 2016), qualquer valorização remuneratória, as remunerações que atualmente os membros do Conselho Diretivo auferem resultam do Despacho Conjunto n.º 199/2000, de 22 de fevereiro, com aplicação dos cortes remuneratórios entretanto aprovados, designadamente o resultante do disposto no artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

No que respeita às remunerações do Conselho Consultivo, o n.º 4 do artigo 30º, da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, refere que os membros não são remunerados podendo ser abonadas ajudas de custo.

Relativamente à remuneração do Fiscal Único, esta encontra-se fixada no Despacho Conjunto do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro da Solidariedade, Emprego e da Segurança Social, de 28 de janeiro de 2013, em 17% do montante fixado para o vencimento base mensal ilíquido do respetivo presidente do órgão diretivo, após aplicação do corte previsto no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho. Tratando-se de uma prestação de serviços este montante é acrescido de IVA à taxa legal.

Relatório de Autoavaliação

O presente capítulo visa corresponder ao previsto nos artigos 15º e 31º da Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro.

O QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilidade para o ano de 2016 incluía os seguintes objetivos operacionais

EFICÁCIA

- ✓ OB 1 Criar Valor para a Segurança Social
- ✓ OB 2 Gestão prudente do FEFSS
- ✓ OB 3 Preservar valor dos fundos

EFICIÊNCIA

- ✓ OB 4 Controlar custos de gestão do FEFSS
- ✓ OB 5 Otimização da estrutura
- ✓ OB 6 Tempos de resposta a Conselho de Gestão do FCT

QUALIDADE

- ✓ OB 7 Cumprir a política de qualidade

TABELA 6 | OBJETIVOS DO QUAR 2016 – RESULTADOS

Objetivos	Não Atingidos	Atingidos	Superados
Eficácia		1	2
Eficiência			3
Qualidade			1

O objetivo “*Criar valor para a Segurança Social*” é medido através do *excess return* da carteira do FEFSS sujeita a *benchmark*; este indicador foi atingido, uma vez que o retorno desta carteira excedeu em 0,048%¹³ a carteira resultante das decisões de rebalanceamento o objetivo foi atingido.

A carteira sujeita a *benchmark* tem como referência externa a carteira aprovada pelo Ministro da Tutela, então designado, Ministro da Solidariedade e Segurança Social, a qual, fixada em dezembro de 2011, admite um valor máximo para a volatilidade. Para assegurar uma “Gestão prudente do FEFSS” foi definido como indicador o “número de semanas com *tracking error* exponencial fora do limite” cuja meta era 7 com uma tolerância de 1. Em 2016 o *tracking error* exponencial esteve fora do limite 0 semanas, pelo que o objetivo foi superado.

O objetivo “*Preservar valor dos fundos*” integrava dois indicadores, cada um com um peso de 50%, referentes ao número de semanas com *tracking error* exponencial do Fundo dos Certifi-

¹³ Para efeitos do QUAR apenas se considera o *excess return* referente ao segundo semestre do ano.

cados de Reforma e Fundo de Compensação do Trabalho fora do limite. Em ambos os casos não houve qualquer semana com o *tracking error* fora do limite, pelo que objetivo foi superado.

Para o objetivo “*Controlar Custos de Gestão do FEFSS*” definiu-se como indicador a percentagem dos custos de transação nas operações de compra e venda de ações, cuja meta era 0,025% com tolerância de 0,0025%. Tendo o indicador atingido o valor de 0,013%, o objetivo foi superado. Saliente-se que o indicador ultrapassou mesmo o valor crítico.

Para superar o objetivo “*Otimização da Estrutura*”, as despesas de funcionamento *per capita* do IGFCCS,IP deveriam decrescer pelo menos 2,5% relativamente ao valor de 2015. Como a redução foi de 6,0%, o objetivo foi superado.

O objetivo “*Tempo de resposta a Conselho de Gestão do FCT*” incluía uma série de indicadores respeitantes a tarefas a desenvolver, no apoio ao Conselho, para os quais foram definidas metas. Como todas as metas foram atingidas o objetivo foi superado.

O IGFCCS,IP é gerido numa ótica de processos, que são avaliados por uma bateria de indicadores, uns referentes aos processos de negócio, outros aos de suporte, sendo definidas metas para cada indicador. O indicador dos processos de negócio atingiu o valor de 64.00% ficando dentro do intervalo definido, mas acima do seu valor central, o que significa que o objetivo foi atingido. O indicador de processos de suporte atingiu o valor de 94,12% contra uma meta de superação de 85% considerando-se, assim, que o objetivo foi superado. O efeito conjunto destes dois indicadores, com um peso de 50% cada, é a métrica para avaliação do objetivo “*Cumprir a Política de Qualidade*”. Considera-se este objetivo como superado atendendo que um dos indicadores foi superado e o outro ultrapassou a meta definida.

Atividades previstas e não previstas e resultados alcançados

O plano de atividades do IGFCCS, IP para 2016 incluía os seguintes projetos:

ATIVIDADES CORRENTES

- i. Alocação estratégica do FEFSS, FCR-A e FCT
- ii. Gestão tática da carteira do FEFSS
- iii. Administração do Regime Público de Capitalização
- iv. Administração do FCT

ATIVIDADES ESPECÍFICAS

- v. Contratação de Recursos Humanos
- vi. Contratação de novos serviços de custódia
- vii. Integração da contabilidade no SIF
- viii. Revisão da política de investimentos e do regulamento de gestão do FCT
- ix. Procedimento concursal para aquisição de um sistema de gestão de ativos integrado

i. Alocação estratégica das carteiras do FEFSS, FCR-A e FCT

Como mencionado nos relatórios de anos anteriores, em resultado da elevada volatilidade da dívida pública portuguesa, procedeu-se a alterações nas carteiras de referência estratégica dos fundos, das quais foi excluída a dívida pública portuguesa. No caso do FEFSS a carteira de referência foi aprovada pela Tutela em dezembro de 2011; para o FCR foi definida como carteira de referência o índice EFSS Alemanha (1-10 anos) e para o FCT foi aprovada, pelo respetivo Conselho de Gestão, como carteira de referência um índice composto em 50% pelo EFFAS Alemanha (1-3 anos) e 50% pela taxa EONIA.

Mensalmente, a carteira de referência do FEFSS é avaliada através da maximização da rentabilidade por unidade de risco (índice de *Sharpe*) e o Conselho Diretivo, ouvido o Comité de Investimento, decide sobre o rebalanceamento da carteira originando um referencial interno sobre o qual decide desvios táticos. Em 2016 tomaram-se decisões de rebalanceamento em 14 de janeiro, 23 de maio e 16 de dezembro, que são descritas no relatório do FEFSS.

Relativamente ao FCR, em cada trimestre o Conselho Diretivo, ouvido o Comité de Investimento, fixa, em função da expectativa de evolução da curva de rendimentos da Alemanha, o nível de indexação ao índice EFFAS Alemanha (1-10 anos) e mensalmente avalia a possibilidade de rebalanceamentos. Em 2016 não foram efetuados quaisquer rebalanceamentos.

No que diz respeito ao FCT, em cada trimestre o Conselho Diretivo, ouvido o Comité de Investimento, fixa, em função da expectativa de evolução da curva de rendimentos da Alemanha, o nível de indexação ao índice EFFAS Alemanha (1-3 anos) e mensalmente avalia a possibilidade de rebalanceamentos. Em 2016 não foram efetuados quaisquer rebalanceamentos.

ii. Gestão tática da carteira do FEFSS

A atividade corrente de gestão da carteira do FEFSS centra-se na definição de desvios táticos, usualmente na 1^a e 3^a semana de cada mês, à carteira de referência estratégica descrita em i. O resultado destes desvios é aferido pelo *excess return* que foi de 0,048%.

iii. Administração do Regime Público de Capitalização (RPC)

O IGFCCS,IP é responsável pela coordenação dos diversos organismos do Sistema de Segurança Social (Direção-Geral da Segurança Social, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP, Instituto da Segurança Social, IP e Instituto de Informática, IP) com vista ao normal funcionamento das relações do Sistema de Segurança Social com os aderentes ao RPC. Estas relações incluem os processos de atendimento, adesão, renovação, suspensão, cessão, reporte de informação, cobrança de descontos, regularização e revogação de pagamentos, gestão do Fundo, atribuição de complementos, negociação de rendas, pagamento e controlo.

iv. Administração do Fundo de Compensação do Trabalho

O IGFCSS,IP é a entidade gestora do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), criado pela Lei 70/2013, sendo responsável quer pela sua gestão quer por todo o trabalho de administração do fundo.

Durante o ano de 2016 continuou a implementação dos processos necessários à gestão administrativa do FCT, alguns dos quais à medida que o sistema informático de gestão dos fundos de compensação o permitia.

v. Contratação de Recursos Humanos

Durante o ano de 2016 iniciaram funções 6 novos técnicos superiores, 4 dos quais contratados ainda em 2015 e 2 cujo processo de contratação terminou já em 2016.

Pese embora que, na sequência destes procedimentos concursais o Instituto contratou cinco novos colaboradores (dos seis um rescindiu no termo do período experimental), as necessidades ainda não se encontram totalmente colmatadas designadamente no DEPC e no DI pelo que já se deu início (no final de 2016) a novo procedimento concursal para a contratação de mais 4 técnicos superiores. Assim, mantendo-se a falta de recursos humanos, sobretudo no DEPC a par com o acréscimo das obrigações de reporte, tal tem amplificado o problema na área de controlo deste departamento (DEPC), a quem compete a responsabilidade pelo módulo de rentabilidades.

vi. Contratação de novos serviços de custódia

No início de 2016, como já mencionado no relatório referente ao ano de 2015, decorreu a abertura do processo concursal para a seleção de novos serviços de custódia. Processo que, como mencionado em relatórios de anos anteriores, havia sofrido vicissitudes várias, fruto, nomeadamente, da previsão da despesa associada com o serviço de custódia que é função da composição da carteira do FEFSS.

No plano de atividades para 2016 esperava-se concluir pelo menos a fase de prévia qualificação prevista para o procedimento concursal. Contudo, como nenhum dos candidatos à de prévia qualificação foi classificado o procedimento foi concluído sem a seleção de um novo serviço de custódia.

vii. Integração da contabilidade no SIF

O Tribunal de Contas vem recomendando a integração da contabilidade do Instituto, e dos fundos geridos, na aplicação SIF-SAP.

Após a separação, em 2011, das entidades IGFCSS,IP e FEFSS iniciou-se o processo de parametrização da entidade Instituto. Contudo, a integração da contabilidade do Instituto no SIF significa a integração do FCR cujos registos contabilísticos, seguindo as regras da Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões, são efetuadas em contas à ordem da entidade gestora.

Como mencionado em relatórios de anos anteriores este processo tem sido lento em resultado das dificuldades no desenvolvimento do interface entre o sistema de gestão de ativos TRADER e o SIF-SAP e da insuficiência de recursos humanos na área da contabilidade, problema que começou a ser ultrapassado em 2016 como referido no ponto v. (Contratação de Recursos Humanos).

A contabilidade do FCT, que tem que ser articulada com todo o sistema dos fundos de compensação, foi programada para ser efetuada na aplicação SIF de forma a garantir consistência nas operações com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP e com o Fundo de Garantia da Compensação do Trabalho.

Durante 2016 continuou o processo de validação da solução, as peças contabilísticas elaboradas com base no SIF comparando-as com as que resultam do *software* contabilístico (GIN) usado para os outros fundos, o que tem permitido detetar erros, proceder à deteção das suas causas e posterior correção. Em consequência, existe hoje no Instituto um melhor conhecimento do sistema que possibilitará, uma implementação mais segura, e rápida, do SIF na contabilização dos restantes fundos.

viii. Revisão da política de investimentos e do regulamento de gestão do FCT

A política de investimentos do FCT foi delineada considerando uma rotatividade e, consequentemente, uma necessidade de liquidez que não se tem verificado.

Aqueles pressupostos implicaram a definição de uma política focada em dívida pública com horizonte inferior a 3 anos e em liquidez, classes de ativos que nos últimos anos tiveram uma rentabilidade igual ou inferior a zero.

Considerando que era possível um horizonte mais dilatado foi proposto ao Conselho de Gestão do FCT uma redefinição da política de investimento o que não foi aceite.

ix. Procedimento concursal para aquisição de um sistema de gestão de ativos integrado (*front e back office* e integração com a contabilidade).

O sistema de gestão de ativos – TRADER – utilizado pelo IGFCSS,IP na gestão dos três fundos não permite o cálculo de rentabilidades de todas as classes de ativos nem a desagregação do *excess return* por classes do *benchmark* interno. Nesse sentido foi encomendado ao fornecedor do sistema o desenvolvimento de um novo módulo.

Nos testes realizados a uma versão inicial foram detetados vários problemas, que foram reportados ao fornecedor do *software* e que este começou a procurar resolver durante 2014, mas que ainda não conseguiu. Por este motivo foi planeado, para 2016, a preparação de um procedimento concursal para a seleção de um novo sistema, o que não foi possível concluir.

Apreciação dos Utilizadores

Não foram realizados inquéritos de satisfação aos aderentes do regime público capitalização.

Avaliação do Sistema de Controlo Interno

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de Controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?	X			Manuais de procedimentos por processo
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?	X			Audidores internos com formação ISO 9001
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			Aprovado Código de ética dos colaboradores
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			Comitês de Investimento, Estratégia e Qualidade
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	X			Auditoria externa às contas do IGFCSS, I.P. do FEFSS, do FCR e do FCT realizada pela Grant Thornton
2 – Estrutura Organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			Portaria 640/2007, de 30 de maio, alterada pela Portaria 1329-D/2011, de 30 de dezembro
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			
2.3 Que percentagem de colaboradores frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X			Aplicação Intranet (registo de ações de formação)
3 – Atividades e Procedimentos de Controlo Administrativo Implementados no Serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Delegação de competências
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?		X		Dada a dimensão do Instituto, o volume de compras recorrentes é pequeno pelo que não se justifica a elaboração de um plano detalhado. As restantes aquisições, quer de bens quer de serviços, são definidas anualmente quando da elaboração do orçamento
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?			X	Dado o caráter altamente especializado das funções não faz sentido rotação entre funções
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			No Manual de qualidade
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			No Manual de qualidade
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			Comité da Qualidade
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	X			Comité da Qualidade
4 – Fiabilidade dos Sistemas de Informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			Rede controlada pelo II,IP
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?	X			Rede controlada pelo II,IP
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			Rede controlada pelo II,IP

Ações ou projetos não executados, parcialmente executados ou com resultados insuficientes

Da descrição dos diversos projetos previstos, e da sua execução, verifica-se que não foram integralmente cumpridos os projetos “Aquisição de sistema de gestão de ativos” e “Contabilidade no SIF”. As causas de não cumprimento destes projetos são as mesmas que têm explicado o protelamento destes projetos.

O projeto de contratação de novos serviços de custódia foi concluído mas o resultado pretendido – contratação de novo serviço – não foi atingido. Não tendo sido pré-qualificado qualquer dos dois únicos concorrentes procedeu-se a uma reanálise do programa do concurso, tendo-se concluído que a reduzida participação se deveu à dificuldade em cumprir alguns dos requisitos. Assim, procedeu-se à revisão das peças procedimentais por forma a reduzir os serviços pretendidos com o intuito de que possam surgir candidatos. Simultaneamente deu-se início a novo procedimento tendo sido solicitada a portaria de repartição de encargos à Tutela.

O atraso no desenvolvimento do procedimento concursal para a seleção de novo sistema de gestão de ativos derivou de facto do departamento que é responsável pelo sistema – DEPC – ter focado mais recursos do que esperado no projeto de contratação de novos serviços de custódia. Acresce que os requisitos do novo sistema de gestão de ativos têm que ser articulados com as definições e necessidades, no novo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas cuja implementação foi adiada.

Pese embora se ter verificado, no início de 2016, um aumento do número de colaboradores da área da contabilidade, ultrapassando uma das restrições à implementação do SIF, houve necessidade de focar os recursos na melhoria do sistema contabilístico do FCT. Estando este sistema implementado em SIF as análises efetuadas, e as melhorias introduzidas, permitiram um melhor conhecimento do sistema, o que possibilitará, no futuro, uma introdução mais fácil do SIF, quer no Instituto quer nos FEFSS e FCR.

Comparação com o desempenho de serviços idênticos

O desempenho do IGFCSS, IP é aferido pela capacidade de acrescentar valor aos patrimónios que gere, para além da rentabilidade que o mercado em que pode investir proporciona.

Utilizando como referência a informação sobre Fundos Poupança Reforma e Fundos de Pensões Abertos, da Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Património (APFIPP), num conjunto de 55 fundos, o FCR encontra-se no top 25% em termos de rentabilidade.

A rentabilidade do FEFSS em 2016 foi muito condicionada pelo desempenho negativo da dívida pública portuguesa que tem um peso muito substancial na carteira. Contudo a parte do FEFSS gerida contra *benchmark* ficaria no top 5 no ranking mencionado acima.

No caso do FCT, a comparação deverá ser feita com os fundos de curto prazo. Das estatísticas da APFIPP constam 8 destes fundos tendo rentabilidade superior à do FCT apenas 2.

Audição dos dirigentes intermédios e demais trabalhadores na autoavaliação do serviço

O IGFCSS,IP realiza, anualmente, inquéritos aos trabalhadores para avaliar o grau de satisfação e motivação tendo vindo, nos últimos anos, a utilizar o modelo proposto pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Em janeiro de 2017 os inquéritos foram enviados aos trabalhadores mas a amostra recolhida não é significativa.

Balanço Social

Quadro de Colaboradores

Os bons resultados de uma organização, em particular das que desenvolvem atividades intangíveis como a prestação de serviços financeiros, dependem em grande medida da qualificação, talento e motivação dos seus colaboradores.

Em 31.12.2016, o IGFCCS, IP tinha ao seu serviço um quadro de 28 colaboradores, assim distribuídos por departamentos e categorias profissionais.

TABELA 7 | QUADRO DE COLABORADORES

	DI	DEPC	DAG	STAFF	TOTAL
Direção	1	1	1	0	3
Técnica	4	6	9	2	21
Administrativa	1	0	2	1	4
Total	6	7	12	3	28

A especificidade e exigência técnica que decorre da atividade desenvolvida pelo IGFCCS, IP reflete-se na qualificação académica de base dos seus colaboradores, complementada de forma contínua por formação especializada.

A estrutura etária dos colaboradores é adulta (idade média de 45 anos) sendo, em termos de género, 50% do género masculino e 50% do género feminino.

GRÁFICO 13 | QUALIFICAÇÃO ACADÉMICA

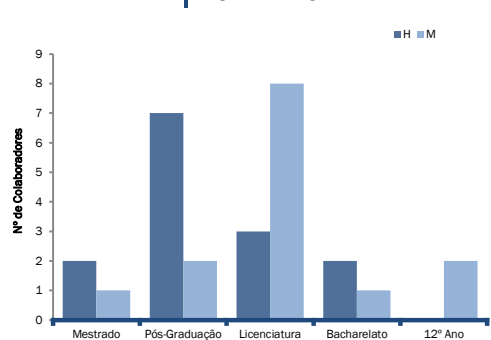
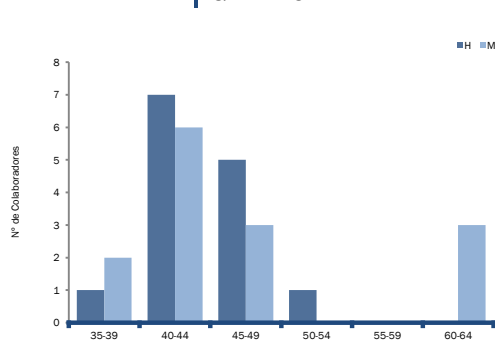


GRÁFICO 14 | DISTRIBUIÇÃO POR IDADE E GÉNERO



Formação

A atividade de gestão de ativos é marcada pela constante evolução e complexidade dos produtos e mercados financeiros, pelos métodos de gestão e investimento, pelo que a aposta na formação contínua e especializada dos seus quadros é uma preocupação constante e fundamental do IGFCCS, IP.

TABELA 8 | AÇÕES DE FORMAÇÃO REALIZADAS EM 2016

	Dirigente	Técnico	Administrativo	Total	Nº Horas Médio Per Capita
Horas em Ações Internas	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00
Horas em Ações Externas	56:00	191:00	20:00	267:00	9:54
Total de Horas	56:00	191:00	20:00	267:00	9:54

Instituto de Gestão de Fundos, IP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS

Código das Contas	ATIVO	Notas	Ativo Bruto	Amortizações e Provisões	Ativo Líquido 31-12-2016	Ativo Líquido 31-12-2015
	Imobilizado:					
	Imobilizações Corpóreas:					
423	Equipamento Básico	8.2.7	2 988,13	870,02	2 118,11	2 491,63
424	Equipamento de Transporte	8.2.7	75 593,16	75 593,16	0,00	0,00
426	Equipamento Administrativo	8.2.7	1 095 602,54	1 044 336,35	51 266,19	36 336,47
4291	Artigos e Objetos de Valor	8.2.7	19 248,75	0,00	19 248,75	19 248,75
4293	Outras Imobilizações Corpóreas	8.2.7	40 574,95	39 808,03	766,92	1 925,67
			1 234 007,53	1 160 607,56	73 399,97	60 002,52
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
24	Estado e outros entes públicos	8.2.39.1	2 622,24		2 622,24	2 622,24
26	Outros devedores	8.2.39.1	60 000,00		60 000,00	60 000,00
			62 622,24		62 622,24	62 622,24
	Conta no Tesouro, Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa:					
12	Depósitos em instituições financeiras	8.2.39.2	1 267 210,52		1 267 210,52	797 228,74
11	Caixa	8.2.39.2	1 443,98		1 443,98	1 220,47
			1 268 654,50		1 268 654,50	798 449,21
	Acréscimos e Diferimentos:					
271	Acréscimos de Proveitos	8.2.39.3	471 268,52		471 268,52	469 915,11
272	Custos Diferidos	8.2.39.3	26 189,77		26 189,77	25 796,41
			497 458,29		497 458,29	495 711,52
	Total de Amortizações			1 160 607,56		
	Total de Provisões					
	Total do Ativo		3 062 742,56	1 160 607,56	1 902 135,00	1 416 785,49

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2016

Código das Contas	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		Notas	31-12-2016	31-12-2015
	Fundos Próprios:				
57	Reservas				
577	Reservas Decorrentes da Transferência de Ativos		8.2.32	389 063,19	389 063,19
59	Resultados Transitados		8.2.32	(389 063,19)	(495 416,70)
88	Resultado Líquido do Exercício		8.2.32	0,00	106 353,51
				0,00	0,00
	Passivo:				
29	Provisões para Riscos e Encargos		8.2.31	218 549,12	194 073,80
				218 549,12	194 073,80
	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:				
221	Fornecedores, C/C		8.2.39.4	91,51	0,00
24	Estado e Outros Entes Públicos		8.2.39.4	22 181,23	18 418,48
26	Outros Credores		8.2.39.4	1 246 473,29	780 030,73
				1 268 746,03	798 449,21
	Acréscimos e diferimentos:				
273	Acréscimos de Custos		8.2.39.5	315 250,13	338 463,55
274	Proveitos Diferidos		8.2.39.5	99 589,72	85 798,93
				414 839,85	424 262,48
	Total dos Fundos Próprios e Passivo			1 902 135,00	1 416 785,49

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2016

IGFCCS, IP | DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Código das Contas	CUSTOS E PERDAS	Notas	31-12-2016		31-12-2015	
62	Fornecimentos e serviços externos					681.526,30
641 + 642	Custos com o pessoal	8.1.5	1.185.758,16	1.010.139,01		
645/8	Remunerações					
	Encargos sociais:					
	Outros		276.759,68	239.172,32		1.249.311,33
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais	8.2.2 e 8.2.39.2	997.400,40	505.975,75		505.975,75
66	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	8.2.7 e 8.2.8	16.792,90	14.844,81		
67	Provisões do exercício	8.2.31	24.475,32	33.860,70		48.705,51
	(A)		3.191.681,91			2.485.518,89
68	Custos e perdas financeiras	8.2.37	1.098,49	1.259,01		1.259,01
69	Custos e perdas extraordinários	8.2.38	3.192.780,40	2.486.777,90		2.486.777,90
	(C)		47.252,99	28.734,11		28.734,11
	(E)		3.240.033,39			2.515.512,01
88	Resultado líquido do exercício		3.240.033,39	2.515.512,01		2.515.512,01
	(G)		0,00	106.353,51		106.353,51
			3.240.033,39	2.621.865,52		2.621.865,52
	PROVEITOS E GANHOS					
71	Vendas					
	Prestações de Serviços	8.2.35	287.910,51	302.152,41		302.152,41
74	Transferências e subsídios correntes obtidos	8.2.39.7	2.882.424,33	2.286.776,86		2.286.776,86
	(B)		3.170.334,84			2.588.929,27
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	8.2.37	4.763,00	12.037,87		12.037,87
79	Proveitos e ganhos extraordinários	8.2.38	3.175.097,84	2.600.967,14		2.600.967,14
	(D)		64.935,55	20.898,38		20.898,38
	(F)		3.240.033,39			2.621.865,52
	RESUMO:					
	Resultados operacionais : (B)- (A) =		(21.347,07)	103.410,38		
	Resultados financeiros : (D-B)- (C-A) =		3.664,51	10.778,86		
	Resultados correntes : (D)- (C) =		(17.682,56)	114.189,24		
	Resultados antes de impostos : (F)- (E) =		0,00	106.353,51		
	Resultados líquido do exercício : (F)- (G) =		0,00	106.353,51		

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração de resultados em 31 de Dezembro de 2016

Nota explicativa	Código			Recebimentos			
	Capº	Grupo	Artº				
	16	01		Saldo gerência anterior			
				Execução orçamental De dotações orçamentais			
				De receitas próprias Na posse do serviço - Depósitos à Ordem Na posse do serviço - Depósitos a Prazo Na posse do Tesouro	505 975,75 0,00	505 975,75	
				De receita do Estado De operações de tesouraria	292 473,46	292 473,46	
				Descontos em vencimentos e salários: Receita do Estado			
				I - Total do saldo de Gerência na posse do serviço		798 449,21	798 449,21
				Receitas Dotações orçamentais (OE)			
				CORRENTES			
	05	02		Rendimentos de Propriedade			
			0112	Juros - Sociedades Financeiras	4 752,90	4 752,90	
			0113	Depósitos à Ordem	708,27		
				Depósitos a Prazo	4 044,63		
	06	060105		Transferências Correntes	2 787 816,00	2 787 816,00	
				Transferências Correntes - Administração	2 787 816,00		
	07	02	9902	Outros	287 491,75	287 491,75	
				Outros Proveitos	287 491,75		3 080 060,65
				DE CAPITAL			
	10	06	0103	Transferências de Capital	78 333,00	78 333,00	
				Receitas / Transferência p/ Capitalização	78 333,00		78 333,00
	15	01	01	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	
				Reposições não abatidas aos pagamentos			
				Receitas próprias Correntes Capital			3 158 393,65
				II - Total das receitas e dos fundos próprios			3 158 393,65
				Total da receita do exercício I + II			3 956 842,86
				III - Total recebido do Tesouro em c/receitas próprias			
				IV - Total recebimentos Exercício I + II + III			3 956 842,86
				Importâncias Retidas p/ Entrega Est. ou Outras Entidades			
				Receita do Estado	346 524,02		
				Operações de tesouraria	582 388,31	928 912,33	928 912,33
				V - Total das retenções de fundos alheios			4 885 755,19
				Descontos em vencimentos e salários: Receita do Estado: Operações de tesouraria:	346 524,02 388 676,69		
				Total Geral Mapa Fluxos de Caixa IV + V			4 885 755,19

Nota explicativa	Código			Pagamentos			
	Agrup.	Sub-Agrup.	Rubrica				
				Despesas			
				Despesas Orçamentais (OE)			
				Correntes			
	01	00		Despesas com o pessoal	1 431 841,34		
		01		Remunerações Certas e Permanentes	1 163 265,15		
			02	Órgãos Sociais	160 932,16		
			03	Pessoal dos Quadros - FP	604 221,25		
			11	Representação	102 090,08		
			12	Suplementos e Prémios	104 510,79		
			13	Subsídio de Refeição	45 825,71		
			14	Subsídio de Férias e de Natal	145 685,16		
	01	02		Abonos Variáveis ou Eventuais	3 002,77		
			04	Ajudas de Custo	486,07		
			12	Indemnizações	0,00		
			14	Outros Abonos em Numerário ou em Espécie	2 516,70		
	01	03		Segurança Social	265 573,42		
			01	Encargos com Saúde - ADSE	0,00		
			05	Contribuições para a Segurança Social	265 573,42		
			09	Seguros	0,00		
	02			Aquisição de Bens e Serviços	694 863,07		
		01		Aquisição de bens	14 373,06		
			02	Combustíveis e Lubrificantes	4 665,27		
			04	Limpeza e higiene	819,18		
			08	Material de escritório	5 789,06		
			17	Ferramentas e utensílios	1 181,66		
			18	Livros e documentação técnica	798,97		
			21	Outros bens	1 118,92		
		02		Aquisição de Serviços	680 490,01		
			01	Encargos das instalações	46 013,75		
			02	Limpeza e higiene	14 945,57		
			03	Conservação de bens	6 225,62		
			04	Locação de Edifícios	109 235,69		
			09	Comunicações	3 679,64		
			12	Seguros	405,39		
			13	Deslocações e estadas	3 703,59		
			15	Formação	6 557,33		
			18	Vigilância e segurança	2 382,12		
			19	Assistência técnica	81 858,19		
			20	Trabalhos especializados	403 831,50		
			25	Outros Serviços	1 651,62		
	03			Juros e outros encargos	1 098,49		
		06	01	Outros encargos financeiros			
			0101	Serviços bancários	1 098,49		
	04			Transferências Correntes	505 975,75		
		06	00	Segurança Social			
			0002	Segurança Social	505 975,75		
	06			Outras Despesas Correntes	3 000,00	2 636 778,65	
	07			De Capital			
		01		Aquisições de Bens de Capital			
				Aquisições de Bens de Capital - Investimento	30 190,35		
			07	Equipamento informático	28 290,00		
			08	Software informático	0,00		
			09	Equipamento administrativo	1 900,35		
			15	Outros Investimentos	0,00	30 190,35	
	08			Transferências de capital - administrações públicas			
		06	0103	Transferências de capital		0,00	2 666 969,00
				II - Total de despesas por c/ receitas próprias			2 666 969,00
				Total despesas do exercício I + II			2 666 969,00
				III - Total entrega ao Tesouro em c/ receita própria			0,00
				IV - Total pagamento do exercício I + II + III			2 666 969,00
				Importâncias Entregues ao Estado e Outras Entidades			
				Receita do Estado	346 524,02		
				Operações de Tesouraria	603 607,67	950 131,69	950 131,69
				V - Total da Despesa de Fundos Alheios			3 617 100,69
				SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE		997 400,40	
				Execução Orçamental			
				Dotações Orçamentais (OE)			
				De receitas próprias			
				Na Posse do Serviço	997 400,40		997 400,40
				Na Posse do Tesouro			
				De Receita do Estado			
				De Operações de Tesouraria	271 254,10		
				Descontos em Vencimentos e Salários:			271 254,10
				Receita do Estado			0,00
				VI - Total do Saldo Gerência na posse do serviço			1 268 654,50
				Descontos em vencimentos e salários:			
				Retidos na fonte e considerados pagos:			
				De receita do Estado	346 524,02		
				De operações de tesouraria	384 913,96		
				Total Geral Mapa Fluxos de Caixa IV + V + VI			4 885 755,19

Classificação Económica			Dotações Corrigidas (5)	Cativos ou Congelamentos (4)	Compromissos Assumidos (5)	Despesas Pagas			Diferenças			Grau de Execução Orçamental (12)=(5)/(3)+100
Código (1)	POCISS	Descrição (2)				Ano (6)	Anos Anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	Dotação Não Comprometida (9)=(3)-(4)-(5)	Saldo (10)=(3)-(4)-(8)	Compromissos Por Pagar (11)=(5)-(9)	
0101		Remunerações certas e permanentes	1 450 226,00	0,00	1 163 265,15	1 163 265,15	0,00	1 163 265,15	286 960,85	286 960,85	0,00	
010102	6411/6416	Órgãos sociais	162 409,00	0,00	160 932,16	160 932,16	0,00	160 932,16	1 476,84	1 476,84	0,00	99,09%
01010301	6421111/64229	Pessoal dos quadros - FP	623 214,00	0,00	604 221,25	604 221,25	0,00	604 221,25	18 992,75	18 992,75	0,00	96,95%
01010304		Recrutamento pessoal novos postos de trabalho	59 463,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59 463,00	59 463,00	0,00	0,00%
010108		Pessoal aguardando aposentação	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00%
010111	64134/642281	Representação	102 359,00	0,00	102 090,08	102 090,08	0,00	102 090,08	268,92	268,92	0,00	99,74%
010112	642285/642286	Suplementos e prémios	304 663,00	0,00	104 510,79	104 510,79	0,00	104 510,79	200 152,21	200 152,21	0,00	34,30%
010113	64131/642241	Subsídio de refeição	50 538,00	0,00	45 825,71	45 825,71	0,00	45 825,71	4 712,29	4 712,29	0,00	90,68%
01011401	6412/642112	Subsídio de férias	73 064,00	0,00	73 060,43	73 060,43	0,00	73 060,43	3,57	3,57	0,00	100,00%
01011402	6412/642112	Subsídio de Natal	73 516,00	0,00	72 624,73	72 624,73	0,00	72 624,73	891,27	891,27	0,00	98,79%
010115		Remunerações por doença mat / pat	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00%
0102		Abonos variáveis ou eventuais	84 190,00	0,00	3 002,77	3 002,77	0,00	3 002,77	81 187,23	81 187,23	0,00	
010202		Horas extraordinárias	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00%
010204	64132	Ajudas de custo	3 000,00	0,00	486,07	486,07	0,00	486,07	2 513,93	2 513,93	0,00	16,20%
01021201		Abonos devidos pela cessação da relação jurídica	70 700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70 700,00	70 700,00	0,00	0,00%
01021202	6486	Programa de rescisões por mútuo acordo	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00%
010213		Outros suplementos e prémios	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00	5 000,00	0,00	0,00%
010214	642283	Outros abonos numerário ou espécie	4 490,00	0,00	2 516,70	2 516,70	0,00	2 516,70	1 973,30	1 973,30	0,00	56,05%
0103		Segurança social	319 560,00	0,00	265 573,42	265 573,42	0,00	265 573,42	53 986,58	53 986,58	0,00	
01030501	6452	Contribuições para a CGA	74 233,00	0,00	73 407,96	73 407,96	0,00	73 407,96	825,04	825,04	0,00	98,89%
01030502	6453	Contribuições para a Segurança Social	244 827,00	0,00	192 165,46	192 165,46	0,00	192 165,46	52 661,54	52 661,54	0,00	78,49%
010309		Seguros	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00%
0201		Aquisição de bens	26 360,00	0,00	14 373,06	14 373,06	0,00	14 373,06	13 986,94	13 986,94	0,00	
020102	62212	Combustíveis e lubrificantes	7 560,00	0,00	4 665,27	4 665,27	0,00	4 665,27	2 894,73	2 894,73	0,00	61,71%
020104	62234	Limpeza e higiene	1 800,00	0,00	819,18	819,18	0,00	819,18	980,82	980,82	0,00	45,51%
020108	62217	Material de escritório	12 000,00	0,00	5 789,06	5 789,06	0,00	5 789,06	6 210,94	6 210,94	0,00	48,24%
020112		Material de transporte - Peças	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00%
020117	62215	Ferramentas e utensílios	2 500,00	0,00	1 181,66	1 181,66	0,00	1 181,66	1 318,34	1 318,34	0,00	47,27%
020118	62216	Livros e documentação técnica	2 000,00	0,00	798,97	798,97	0,00	798,97	1 201,03	1 201,03	0,00	39,95%
020121	622981	Outros bens	2 000,00	0,00	1 118,92	1 118,92	0,00	1 118,92	881,08	881,08	0,00	55,95%
0202		Aquisição de serviços	1 054 880,00	0,00	680 581,52	680 490,01	0,00	680 490,01	374 298,48	374 389,99	91,51	
020201	62211/62213/622982/1111	Encargos das instalações	58 600,00	0,00	46 105,26	46 013,75	0,00	46 013,75	12 494,74	12 586,25	91,51	78,52%
020202	62234	Limpeza e higiene	23 100,00	0,00	14 945,57	14 945,57	0,00	14 945,57	8 154,43	8 154,43	0,00	64,70%
02020302	62232	Conservação de bens - Outras Entidades	14 000,00	0,00	6 225,62	6 225,62	0,00	6 225,62	7 774,38	7 774,38	0,00	44,47%
02020402	622191	Locação de edifícios - Outras entidades	97 524,00	0,00	94 355,69	94 355,69	0,00	94 355,69	3 168,31	3 168,31	0,00	96,75%
02020403		Princípio Onerosidade	18 720,00	0,00	14 880,00	14 880,00	0,00	14 880,00	3 840,00	3 840,00	0,00	79,49%
020206		Locação de material de transporte	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00%
020209	62222	Comunicações	10 200,00	0,00	3 679,64	3 679,64	0,00	3 679,64	6 520,36	6 520,36	0,00	36,07%
020212	62223	Seguros	950,00	0,00	405,39	405,39	0,00	405,39	544,61	544,61	0,00	42,67%
020213	62227	Deslocações e estadas	15 000,00	0,00	3 703,59	3 703,59	0,00	3 703,59	11 296,41	11 296,41	0,00	24,69%
020214		Estudos, pareceres, projectos consultadoria	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00%
020215	6483	Formação	18 000,00	0,00	6 557,33	6 557,33	0,00	6 557,33	11 442,67	11 442,67	0,00	36,43%
020217		Publicidade	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00%
020218	62235	Vigilância e segurança	3 450,00	0,00	2 382,12	2 382,12	0,00	2 382,12	1 067,88	1 067,88	0,00	69,05%
020219	62245	Assistência técnica	132 900,00	0,00	81 858,19	81 858,19	0,00	81 858,19	51 041,81	51 041,81	0,00	61,59%
02022002	62236	Outros trabalhos especializados	604 096,00	0,00	403 831,50	403 831,50	0,00	403 831,50	200 264,50	200 264,50	0,00	66,85%
020225	622982	Outros serviços	47 340,00	0,00	1 651,62	1 651,62	0,00	1 651,62	45 688,38	45 688,38	0,00	3,49%
0306		Juros e outros encargos	3 000,00	0,00	1 098,49	1 098,49	0,00	1 098,49	1 901,51	1 901,51	0,00	
030601	68818	Outros encargos financeiros	3 000,00	0,00	1 098,49	1 098,49	0,00	1 098,49	1 901,51	1 901,51	0,00	36,62%
04		Transferências correntes	505 975,75	0,00	505 975,75	505 975,75	0,00	505 975,75	0,00	0,00	0,00	
0406	63115	Segurança social	505 975,75	0,00	505 975,75	505 975,75	0,00	505 975,75	0,00	0,00	0,00	100,00%
07		Aquisição de bens e investimento	125 000,00	0,00	30 190,35	30 190,35	0,00	30 190,35	94 809,65	94 809,65	0,00	
070107	426	Material de informática	50 000,00	0,00	28 290,00	28 290,00	0,00	28 290,00	21 710,00	21 710,00	0,00	56,58%
070108	426	Software informático	50 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50 000,00	50 000,00	0,00	0,00%
070109	426	Equipamento administrativo	10 000,00	0,00	1 900,35	1 900,35	0,00	1 900,35	8 099,65	8 099,65	0,00	19,00%
070115	429	Outros investimentos	15 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 000,00	15 000,00	0,00	0,00%
0602		Outras despesas correntes	6 100,00	0,00	3 000,00	3 000,00	0,00	3 000,00	3 100,00	3 100,00	0,00	
060201	622982/114	Impostos e taxas	6 000,00	0,00	3 000,00	3 000,00	0,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	0,00	50,00%
060203		Outras	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00%
		TOTAL	3 577 291,75	0,00	2 667 060,51	2 666 969,00	0,00	2 666 969,00	910 231,24	910 322,75	91,51	74,55%

IGFCSS, IP | **CONTROLO ORÇAMENTAL**
RECEITA

Classificação Económica			Previsões Corrigidas (3)	Receitas por Cobrar no Início do Ano (4)	Receitas Líquidas (5)	Receitas Anuladas (6)	Receitas Cobradas Brutas (7)	Reembolsos e Restituições		Receita Cobrada Líquida (10)=(7)-(9)	Receitas por cobrar no final do ano (11)=(4)+(5)-(6)-(7)	Grau de Execução Orçamental (12)=(10)/(3)*100
Código (1)	POCISSS	Descrição (2)						Emitidos (8)	Pagos (9)			
05		Rendimentos de propriedade	8 000,00		4 752,90	0,00	4 752,90			4 752,90	0,00	
0502	781	Juros-Sociedades financeiras	8 000,00		4 752,90		4 752,90			4 752,90	0,00	59,41%
06		Transferências correntes	2 787 816,00		2 787 816,00	0,00	2 787 816,00			2 787 816,00	0,00	
0606		Segurança Social										
06060105	742132118	Outras Instituições da Segurança social	2 787 816,00		2 787 816,00		2 787 816,00			2 787 816,00	0,00	100,00%
07		Vendas de bens e serviços correntes	150 000,00		287 491,75	0,00	287 491,75			287 491,75	0,00	
0702	712	Serviços	150 000,00		287 491,75		287 491,75			287 491,75	0,00	191,66%
10		Transferências	125 000,00		78 333,00	0,00	78 333,00			78 333,00	0,00	
10060103	798311628	Segurança Social	125 000,00		78 333,00		78 333,00			78 333,00	0,00	62,67%
15		Reposições não abatidas aos pagamentos	500,00		0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	
150101	6421111	Reposições não abatidas aos pagamentos	500,00		0,00		0,00			0,00	0,00	0,00%
16		Outras receitas de capital	565 975,75		565 975,75		565 975,75			565 975,75	0,00	100,00%
		TOTAL	3 071 316,00		3 158 393,65	0,00	3 158 393,65			3 158 393,65	0,00	

Anexo às Demonstrações Financeiras

Enquadramento jurídico e atividade

O Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP (“IGFCSS”) foi criado através do Decreto-Lei 449-A/99 de 4 de novembro o qual aprovou os respetivos estatutos, tendo posteriormente, pelo Decreto-Lei 171/2004 de 17 de julho, sido aditada a sigla IP.

Em 29 de maio foi publicado o Decreto-Lei 216/2007 que vem reformular a lei orgânica do IGFCSS assim como proceder à revisão dos respetivos estatutos.

O Decreto-Lei 39/2011, de 21 de março, classifica o IGFCSS, IP como uma instituição de Segurança Social, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 94º da Lei 4/2007, de 16 de janeiro, e na alínea b) do nº 1 do artigo 48º da Lei nº 3/2004, de 15 de janeiro.

Em 28 de agosto de 2012 foi publicado o Decreto-Lei 203/2012 que vem alterar a lei orgânica do IGFCSS,IP.

O IGFCSS,IP tem como missão e atribuições a gestão de fundos em regime de capitalização no âmbito do financiamento do sistema de segurança social do Estado e de outros sistemas previdenciais, podendo prestar a outras entidades, públicas ou privadas, serviços de gestão ou apoio técnico, decorrente da sua experiência de atividade e da informação económico financeira de que dispõe.

A sua atividade está sujeita a fiscalização pelo Tribunal de Contas.

No final de 2016 o IGFCSS,IP tinha sob gestão, o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS), o Fundo dos Certificados de Reforma (FCR), este criado no âmbito do regime público de capitalização e o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

O regime público de capitalização, regulado pelo Decreto-Lei nº 26/2008, de 22 de fevereiro, constitui um mecanismo de fomento à poupança com gestão pública, visando responder às necessidades dos cidadãos no momento em que passem à condição de pensionistas ou de aposentados por velhice ou invalidez.

Trata-se de um regime de capitalização de adesão individual e voluntária. Cada aderente dispõe de uma conta à qual são afetas as respetivas contribuições, convertendo-se em certificados de reforma. Estes valores integram um fundo autónomo gerido em regime de capitalização pelo IGFCSS,IP.

O Fundo de Compensação do Trabalho foi criado em 14 de outubro de 2013, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 5º da Lei 70/2013 de 30 de agosto.

O Fundo de Compensação do Trabalho é um fundo autónomo, de capitalização individual, que visa garantir o pagamento de até metade do valor da compensação devida por cessação

do contrato de trabalho, calculada nos termos do artigo 366º do Código do Trabalho, respondendo até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva.

O Fundo de Compensação do Trabalho é alimentado por entregas mensais efetuadas pelo empregador correspondentes a 0,925% do valor do vencimento base e diuturnidades dos trabalhadores abrangidos. As entregas mensais são obrigatórias, salvo opção do empregador por adesão a Mecanismo Equivalente.

Estão abrangidos pelo regime jurídico do Fundo de Compensação do Trabalho as relações de trabalho reguladas pelo Código do Trabalho após o dia 01.10.2013, salvo nas situações previstas nos números 2 a 5 do artigo 2º da referida Lei.

De 2007 a 2010 foram apresentadas, em separado, as Demonstrações Financeiras do FEFSS, as quais foram elaboradas tomando por base os registos contabilísticos do próprio IGFCSS.

O relatório 29/2010 do Tribunal de Contas veio clarificar a questão da separação dos patrimónios do IGFCSS e do FEFSS. Com efeito, é entendimento inequívoco daquele órgão que face ao novo enquadramento normativo (DL 216/2007 vs DL 449-A/99) deverá manter-se a apresentação de um orçamento e de uma conta autónoma relativa ao FEFSS, os quais integram, por si próprios o orçamento e a conta da Segurança Social.

De acordo com este entendimento, o Conselho Diretivo decidiu proceder à separação do orçamento e das contas do FEFSS a partir de 2011.

As operações relativas ao FCR são registadas em contas de ordem do IGFCSS, IP, à semelhança do que sucede para as sociedades gestoras em relação aos fundos por elas administrados.

Principais Indicadores dos Fundos sob Gestão

FEFSS – Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social

Os principais indicadores do FEFSS em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são como segue:

TABELA 09 | ESTRUTURA DA CARTEIRA DO FEFSS

	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Reserva Estratégica ^{a)}	2 794 348.48	0.02%	3 658 301.63	0,03%
Rendimento Fixo ^{b)}	10 757 965 005.51	75.51%	10 500 097 336.68	74,47%
Europa ex-Reino Unido	9 934 931 030.89	69.74%	10 026 453 020.86	71,11%
EUA	723 476 187.39	5.08%	355 533 274.12	2,52%
Reino Unido	99 557 787.23	0.70%	118 111 041.70	0,84%
Rendimento Variável ^{a)}	1 504 921 269.05	10.56%	1 261 625 434.74	8,95%
EUR ex-Portugal	100 520 449.81	0.71%	88 951 865.19	0,63%
Portugal	0.00	0.00%	0.00	0,00%
Suíça	52 610 850.82	0.37%	48 073 908.67	0,34%
Reino Unido	86 629 347.03	0.61%	106 691 087.97	0,76%
Noruega	0.00	0.00%	0.00	0,00%
Suécia	0.00	0.00%	0.00	0,00%
EUA	869 673 471.44	6.10%	676 878 342.57	4,80%
Canadá	0.00	0.00%	0.00	0,00%
Japão	395 487 149.95	2.78%	341 030 230.34	2,42%
Austrália	0.00	0.00%	0.00	0,00%
Imobiliário	72 947 824.29	0.51%	167 985 635.12	1,19%
Liquidez ^{c)}	1 898 810 207.67	13.33%	2 163 638 285.54	15,35%
Provisões Impostos Receber	8 753 054.20	0.06%	2 649 329.58	0,02%
Total	14 246 191 709.20	100.00%	14 099 654 323.29	100,00%

Por Memória:

Dívida Pública Nacional ^{d)}	10 792 095 673.59	75.75%	11 011 423 627.79	78,10%
Futuros s/ Obrigação (nacional)	0.00	0.00%	0.00	0,00%
Futuros s/ Ações (nacional)	(58 389 296.19)	-0.41%	(4 245 830.19)	0,00%

Notas:

- Inclui o valor notional dos futuros e as valias potenciais dos forwards
- Inclui os juros corridos e as valias potenciais de forwards
- A percentagem correspondente a liquidez já foi deduzida dos depósitos em margens afetadas à réplica de investimentos feitos através de contratos de futuros
- As emissões de dívida garantida mas não emitida pelas administrações públicas, os bilhetes do tesouro nacional e os CEDIC fazem parte do grupo Dívida Pública Nacional para efeitos de rácios regulamentares

Para determinação da melhor combinação entre o retorno esperado e risco estimado da parte da carteira não investida em dívida pública portuguesa foi aprovada, no final de 2011, pelo ministro da Tutela a seguinte carteira:

TABELA 10 | COMPOSIÇÃO E ÍNDICES DE MERCADO DA CARTEIRA DA TUTELA

Classe de Ativos	Peso	Índice
Outra Dívida Pública	62,0%	Composição de mercado dos índices EFF para os mercados do Euro, Reino Unido e Estados Unidos
Ações OCDE	38,0%	Composição de Mercado dos índices Eurostoxx50, FTSE100, SMI20, SP500, TOPIX
Liquidez	0,0%	Bilhete do tesouro Alemão a 3 meses

FCR – Fundo dos Certificados de Reforma

Os principais indicadores do FCR – Fundo dos Certificados de Reforma para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser descritos como segue:

TABELA 11 | FCR – VALOR DO FUNDO E DAS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

	Exercício	
	2016	2015
Contribuições Acumuladas em Ex ^{os} Anteriores Deduzidas Resgates	31 229 437,67	29 028 983,67
Contribuições do Exercício Deduzidas de Resgates	2 134 221,99	2 200 454,00
Numerário e Depósitos Bancários	862 213,36	621 266,14
Títulos Negociáveis	39 906 107,70	36 578 664,08
Devedores Gerais	20 853,95	239 701,06
Acréscimos e Diferimentos	(275,22)	(469,95)
Credores Gerais	(837 279,37)	(126 970,89)
Total do Patrimônio Líquido	39 951 620,42	37 312 190,44
Número de Unidades de Participação	29 227 529,78	27 654 502,60
Valor por Unidade de Participação	1,36692	1,34923

TABELA 12 | RENTABILIDADE E RISCO DO FCR EM 31.12.2016

Valor de Mercado (€)	Valor Unitário dos Certificados de Reforma (€)				Valorização Média Anual ^{a)}			Rentabilidade	
	31-12-2016	Médio Últ. 12 meses	Médio Últ. 36 meses	Médio desde início	Últimos 12 meses	Últ. 36 meses	Desde início	Rentabilidade em 2016	Volatilidade Anualizada
39 951 620,38	1,36992	1,35678	1,32572	1,18737	1,84%	2,23%	3,42%	1,31%	2,57%

a) Taxa interna de rentabilidade anual de entregas mensais constantes, respeitando as datas de subscrição no período indicado

FCT – Fundo de Compensação do Trabalho

Os principais indicadores do FCT – Fundo de Compensação do Trabalho em 31 de dezembro de 2016 podem ser relatados como segue:

TABELA 13 | RENTABILIDADE E RISCO DO FCT EM 31.12.2016

Valor de Mercado (€)	Valor Unitário das unidades de participação do FCT (€)				Valorização Média Anual ^{a)}			Rentabilidade	
	31-12-2016	Médio Últ. 12 meses	Médio Últ. 36 meses	Médio desde início	Últimos 12 meses	Últimos 36 meses	Desde início	Rentabilidade em 2016	Volatilidade Anualizada
106 286 936,61	1,02971	1,02570	1,01931	1,01862	0,77%	0,68%	0,70%	0,44%	0,62%

a) Taxa interna de rentabilidade anual de entregas semanais constantes, respeitando as datas de subscrição no período indicado

Notas às Contas

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (“POCISSSS”). As notas cuja numeração é omissa deste anexo não são aplicáveis ao IGFCSS,IP ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

8.1 – Caracterização da Entidade

8.1.1 – Identificação

Designação	Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP (IGFCSS, IP)
Nº Identificação Fiscal	504 863 797
Endereço	Av. Fernão de Magalhães, 1862 3º Dto, 4350-158 Porto
Regime Financeiro	Autonomia Administrativa, Financeira e Patrimonial, com natureza de instituto público
Tutela	Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

8.1.2 – Legislação

O Decreto-Lei 449-A/99 de 4 de novembro, criou o IGFCSS, aprovou os respetivos estatutos, tendo, posteriormente, pelo Decreto-Lei 171/2004 de 17 de julho, sido aditada a sigla IP. O Decreto-Lei 216/2007, no quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, alterou a lei orgânica assim como os estatutos.

O Decreto-Lei 39/2011, de 21 de março, classifica o IGFCSS, IP como uma instituição de Segurança Social, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 94º da Lei 4/2007, de 16 de janeiro, e na alínea b) do nº 1 do artigo 48º da Lei nº 3/2004, de 15 de janeiro.

Estatutos aprovados pela Portaria 640/2007 de 30 de maio e alterados pela Portaria 1329-D/2010 de 30 de dezembro.

A atual lei orgânica do MTSS foi publicada pelo Decreto-Lei nº 126/2011 de 29 de dezembro.

Em 28 de Agosto de 2012 foi publicado o Decreto-Lei nº 203/2012 que determina a nova orgânica do IGFCSS, IP.

8.1.3 – Estrutura Organizacional Efetiva

São órgãos do IGFCSS, IP:

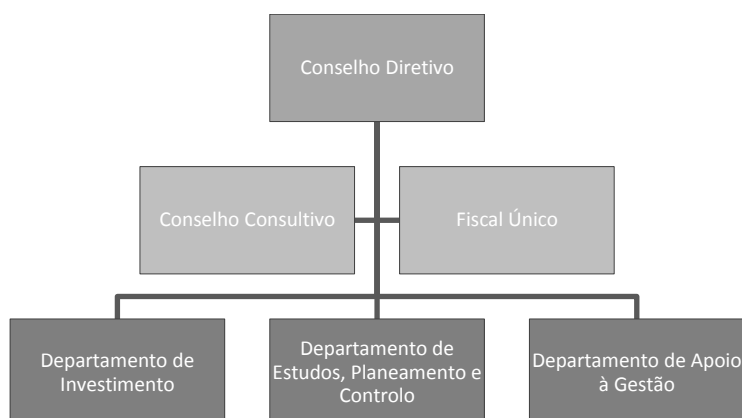
- ✓ O Conselho Diretivo, constituído por um presidente, um vice-presidente e um vogal;
- ✓ O Conselho Consultivo, constituído por dois representantes institucionais indicados, cada um deles, respetivamente, pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP, e pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública e ainda, por um representante de cada um dos parceiros sociais que integram a Comissão Permanente de Concertação Social e por três personalidades de reconhecida competência em matéria económica e financeira;
- ✓ O Fiscal único.

Em 22 de março de 2010 foi solicitada a nomeação do Fiscal Único nos termos do artigo 27º da Lei nº 3/2004, de 15 de janeiro, isto é, por Despacho Conjunto dos Ministros das Finanças e da Tutela, obrigatoriamente, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

Pelo Despacho nº 3378/2013 de 4 de março de 2013, foi designado o fiscal único do IGFCCS, a Sociedade de Revisores de Contas Horwath & Associados, SROC, Lda, com o registo da CMVM nº 9171, representada pelo revisor oficial de contas Dra. Ana Raquel Borges Louro Esperança Sismeiro.

O IGFCCS, IP dispõe de um mapa de pessoal de 40 lugares (40 em 2015), aprovado por Despacho do SESS nos termos do disposto no artigo 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o Organograma funcional do IGFCCS, IP era o seguinte:



8.1.4 – Descrição Sumária das Atribuições e das Atividades Prosseguidas no Exercício Económico

O IGFCCS,IP tem por objeto a gestão de fundos de capitalização no âmbito do financiamento do sistema de segurança social do Estado e de outros sistemas previdenciais. Em 2016, teve sob sua gestão o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, o Fundo dos Certificados de Reforma e o Fundo de Compensação do Trabalho.

O IGFCSS,IP tem ainda como uma das principais atribuições a administração do regime público de capitalização, criado pelo Decreto-Lei 26/2008 de 22 de fevereiro.

ATRIBUIÇÕES / ATIVIDADES

Gerir em regime de capitalização a carteira do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social e de outros Fundos e as disponibilidades financeiras que lhe sejam afetas.

Administrar o regime público de capitalização, incluindo a gestão, em regime de capitalização, dos fundos e dos planos de rendas que lhe são subjacentes.

Promover o planeamento, organização, direção e controlo nas áreas de gestão das carteiras de aplicações, análise de mercado e informações estatísticas.

Administrar o património imobiliário que lhe está afeto.

Colaborar e articular-se com outras instituições do sistema de segurança social.

Negociar e contratar com as instituições do sistema monetário e financeiro as aplicações pertinentes.

Realizar as transferências necessárias para assegurar a estabilização financeira da segurança social.

Colaborar e articular-se com os serviços do setor público administrativo.

Assessorar o membro do Governo responsável pela área de trabalho e da solidariedade social nas matérias relacionadas com as atribuições sobre a gestão em regime de capitalização.

Prestação a outras entidades públicas e privadas de serviços de gestão e de apoio técnico.

Gerir patrimónios autónomos suscetíveis de investimento no médio e longo prazo.

8.1.5 – Recursos Humanos

Durante o exercício de 2016, os responsáveis pelas unidades organizacionais do IGFCSS,IP eram os seguintes:

UNIDADES ORGANIZACIONAIS	NOME DOS RESPONSÁVEIS
Conselho Diretivo	Manuel Baganha, Presidente Paulo Francisco, Vice-Presidente Teresa Fernandes, Vogal
Departamento de Investimento	Ana Abreu
Departamento de Apoio à Gestão	Pedro Andrade
Departamento de Estudos, Planeamento e Controlo	José Vidrago

Em 31 de dezembro de 2016, o pessoal do quadro do IGFCSS,IP encontrava-se dividido da seguinte forma:

EFETIVOS POR GRUPO DE PESSOAL, SEGUNDO A RELAÇÃO JURÍDICA E O SEXO

		Dirigente	Téc./Téc. Superior	Adm/Assist. Técnoo	Total
Total de Efetivos	Homens	4	11	1	16
	Mulheres	2	10	3	15
	Total	6	21	4	31
Comissão de Serviço (LVCR), Dirigentes (*)	Homens	4			4
	Mulheres	2			2
	Total	6			6
CT em Funções Públicas por tempo Indeterminado, carreiras gerais	Homens		3		3
	Mulheres		3	2	5
	Total		6	2	8
CT em Funções Públicas por tempo Indeterminado, carreiras não revistas	Homens		8	1	9
	Mulheres		7	1	8
	Total		15	2	17

(*) Inclui membros do Conselho Diretivo

Nos termos do Decreto-Lei 39/2011, de 21 de março, as carreiras nas quais se encontram integrados os trabalhadores do IGFCSS, com exceção dos trabalhadores que transitaram do quadro da função pública, continuam a reger-se pelas disposições normativas que lhes eram aplicáveis a 31/12/2008 e pelo Regulamento de Política de Pessoal e Tabela de Remunerações, aprovado pela tutela em 13/01/2000, tratando-se de carreiras subsistentes porquanto ainda não foram objeto de revisão ou de extinção.

VARIAÇÃO DO PESSOAL EM 2016

Grupos Profissionais	Efetivos em 31.12.2015	Efetivos em 31.12.2016	Varição dos Efetivos
Pessoal Dirigente (Comissão de Serviço) (*)	6	6	0%
Técnicos Superiores (Carreiras Gerais)	1	6	500%
Assistente Técnico (Carreiras Gerais)	2	2	0%
Assistente Operacional	0	0	0%
Outros - Carreiras não Revistas	17	17	0%

(*) Inclui membros do Conselho Diretivo

8.1.6 – Organização Contabilística

Relativamente à organização contabilística do IGFCSS, IP durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a mesma pode ser descrita como segue:

ASPETOS PRINCIPAIS REFERENTES À ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA	SIM	NÃO
Existência de um manual de procedimentos contabilísticos	✓	
Todos os registos estão apoiados em documentos justificativos, datados/ordenados numericamente	✓	
As operações são registadas cronologicamente	✓	
Os erros ou omissões são objeto de regularização contabilística	✓	
Existência de demonstrações financeiras intercalares		✓
Existência de descentralização contabilística		✓

O IGFCSS,IP está sujeito, no aspeto contabilístico, à disciplina do POCISSSS – Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social, conforme previsto no Decreto-Lei 12/2002 de 25 de janeiro.

Para despesas de pequeno montante e cujo pagamento tem de ser efetuado de imediato, foram constituídos Fundos Fixos do Porto e de Lisboa com os valores de 750 Euros e 350 Euros, respetivamente. Os Fundos Fixos são reconstituídos mensalmente, com base nas despesas efetuadas, até ao limite do valor da sua constituição. Para efeitos de encerramento de contas do IGFCSS,IP, os saldos dos Fundos Fixos são apurados para relevação contabilística dos mesmos na conta “Caixa”.

Os valores das receitas provenientes das operações financeiras, relativos aos fundos geridos são depositados nos prazos habituais dos mercados financeiros (usualmente 2 ou 3 dias úteis após), pelo agente liquidador da venda, na conta bancária indicada pelo IGFCSS,IP.

Os registos e as conferências de títulos das carteiras do FEFSS, do FCR e do FCT são feitos diariamente. Esta conferência é feita pelo Departamento de Estudos, Planeamento e Controlo.

Como a atividade desta Instituição obriga a uma permanente utilização dos seus fundos, é efetuada a conferência dos valores disponíveis, diariamente, nas contas bancárias afetas ao FEFSS, ao FCR e ao FCT. Esta conferência é efetuada pelos técnicos do Departamento de Estudos, Planeamento e Controlo.

As compras do material necessário ao funcionamento dos serviços, são efetuadas em pequenas quantidades, dado o pouco significativo número de colaboradores, o que facilita, quer a contagem imediata das quantidades entradas, quer ainda a verificação do equipamento de fácil manuseamento, como por exemplo, máquinas de calcular e outros artigos de escritório.

As faturas recebidas são devidamente conferidas no que respeita às quantidades, aos preços unitários e globais, aos descontos de pagamento e ainda aos respetivos impostos. Os colaboradores adstritos ao Departamento de Apoio à Gestão, exercem as mais diversas funções, pelo que, dada a diminuta quantidade de faturas recebidas, também executam o seu registo.

O colaborador que elabora as folhas de vencimentos nunca é o mesmo que as confere e aprova.

Para a guarda de cheques e dinheiro existe um cofre.

É efetuada uma conferência mensal dos registos contabilísticos. As regularizações são suportadas por notas de lançamento.

As conciliações bancárias, das contas afetas ao pagamento de despesas de funcionamento do IGFCSS,IP, são efetuadas, mensalmente, contemplando a identificação dos cheques em trânsito.

A conferência das contas de terceiros é realizada mensalmente.

No que concerne ao material de consumo corrente, não existe inventário para as existências, uma vez que as quantidades adquiridas são tão pequenas que não se justifica a inventariação do *stock* dos materiais, sendo fácil o seu controlo.

O material de secretaria é conferido no ato de entrega.

Breve descrição das principais características do sistema informático

O IGFCS,IP utiliza atualmente, para suporte da sua área de contabilidade, um *software* específico: o GIN. Trata-se de uma aplicação cliente/servidor que se apoia numa base de dados Oracle e que se encontra perfeitamente integrada com o *software* de gestão de ativos Trader, fruto da parceria celebrada entre as duas *software houses*, fornecedoras daqueles *softwares*. As duas aplicações estão instaladas em infraestruturas de suporte distintas mas as respetivas bases de dados partilham a mesma instância de Oracle. Importa ainda referir que os lançamentos referentes às operações do FEFSS, do FCR e do FCT são gerados pelo Trader e posteriormente, integrados no GIN por processo automático.

8.1.7 – Outra Informação Considerada Relevante

Para além do acima exposto, entende-se como relevante para a caracterização da entidade, a seguinte informação adicional, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE	SIM	NÃO
Existência de fundo fixo de caixa	✓	
A cobrança é depositada diariamente		N.A
O controlo de valores em caixa é efetuado com periodicidade diária	✓	
É efetuado o controlo sistemático de faturas recebidas	✓	
Há reconciliação bancária mensal	✓	
As contas de terceiros são examinadas periodicamente	✓	
Inventariação no final do exercício	✓	

8.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

8.2.2 – Indicação e Comentário das Contas e da Demonstração dos Resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com os valores do exercício de 2015.

Nos termos do DL 203/2012, de 28 de agosto (que aprova a orgânica do IGFCSS,IP), o financiamento dos custos de funcionamento do Instituto é assegurado por verbas do orçamento de estado ou pelo orçamento da segurança social, como contrapartida pela administração e gestão dos fundos que são colocados sob sua gestão. Esse financiamento é enquadrado por um orçamento anualmente aprovado pela Tutela e é consubstanciado por transferências do FEFSS. Deste modo, a sua exploração não pode ser nunca deficitária. Por outro lado, a obrigatoriedade de devolução anual, ao FEFSS, de todo e qualquer saldo gerado no exercício, faz com que aquela exploração também não possa ser superavitária.

Neste contexto, por forma a assegurar a neutralidade da situação patrimonial que resulta, em contínuo, das normas que regem o financiamento da atividade do IGFCSS,IP, procedeu-se ao acréscimo dos proveitos (no valor de 48 177,54€) resultantes das transferências do FEFSS nas situações em que a especialização de custos ditou o seu reconhecimento no exercício de 2016 mas em que a correspondente transferência apenas ocorrerá num exercício posterior (nota 8.2.39.3), bem como ao acréscimo de custos (no valor de 46 824,13€) ou diferimento de proveitos (no valor de 393,34€) na situação inversa, ou seja, quando da especialização dos custos e proveitos resultam situações em que determinado custo já suportado se reporta a exercícios seguintes (nota 8.2.39.5) ou determinado proveito do exercício apenas se materializa em exercícios seguintes (nota 8.2.39.3).

Da execução deste procedimento no ano de 2016 resulta, tal como verificado em 2015, um resultado líquido do exercício nulo.

8.2.3 – Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do IGFCSS,IP, mantidos de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (“POCISSSS”), e são apresentadas de acordo com os princípios contabilísticos, da continuidade, da especialização do exercício, da consistência, da materialidade, da prudência, do custo histórico, da não compensação e da entidade contabilística definidos no POCISSSS.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho Diretivo, na reunião 13 de abril de 2017.

Os principais critérios valorimétricos, utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas pelo seu custo de aquisição.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, iniciando-se o processo de amortização no mês em que o investimento ocorre, e são contabilizadas por débito na demonstração dos resultados de cada exercício.

Para o efeito, são utilizadas as taxas máximas estabelecidas no Decreto Regulamentar nº 2/90 ou na Portaria 671/2000 de 17 de abril, consoante os bens tenham sido adquiridos antes ou depois de 31 de dezembro de 2000.

As taxas de amortização praticadas mais relevantes são as seguintes:

TAXAS DE AMORTIZAÇÃO	
Equipamento de Transporte	16,66% a 25,00%
Equipamento Administrativo	12,50% a 33,33%
Artigos e Objetos de Valor	—
Outras Imobilizações Corpóreas	12,50% a 25,00%

Os valores de artigos e objetos de valor, fundamentalmente relativos a investimento em obras de arte, não são sujeitos a depreciação tendo em consideração as suas características intrínsecas (Nota 8.2.8).

b) Acréscimos e diferimentos

Os custos e proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. Os montantes de custos e proveitos reconhecidos e não pagos ou recebidos são reconhecidos nas rubricas de Acréscimos e diferimentos.

c) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas em euros aos câmbios vigentes à data da operação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor à data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão integram os resultados correntes do exercício nas rubricas de Diferenças de câmbio desfavoráveis e favoráveis.

d) Impostos

De acordo com as alíneas a) e d) do número 1 do artigo 9º do Código do IRC os rendimentos do IGFCSS,IP estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

A atividade financeira do IGFCSS,IP, de administração e gestão de fundos está isenta de IVA (Cfr. alínea g) do nº 27 do artº 9º do CIVA). As restantes atribuições do IGFCSS,IP, designadamente atividades de consultadoria e de apoio técnico, quando existam, estão sujeitos e não isentas de IVA na medida em que se subsumam ao conceito de prestações de serviços constante da regra geral prevista no nº1 do artº 4º do CIVA.

Adicionalmente, o IGFCSS,IP goza de isenção de imposto de selo de acordo com a a) do artº 6º do Código do Imposto de Selo, de IMI nos termos do artº 11º do CIMI e de IMT conforme alínea a) do artº 6º do CIMT.

e) Transferências de Capital

As transferências de capital, obtidas de outras entidades, foram registadas na rubrica de Proveitos diferidos, sendo reconhecido o proveito na Demonstração de Resultados de cada ano pelo montante das amortizações relativas aos bens adquiridos com recurso às referidas transferências.

Os subsídios atribuídos à Entidade, a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas, são registados como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na Demonstração de Resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

A componente não utilizada dos subsídios recebidos no exercício para financiar despesas de capital, foi registada como proveito do exercício.

Em resumo, apresentam-se os quadros abaixo com os critérios valorimétricos aplicados nos exercícios de 2015 e 2016:

CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA APLICADOS NO EXERCÍCIO DE 2016

Rubricas do Balanço	Crítérios Aplicados	Valor de Balanço
4 - Imobilizações		
42 - Imobilizações Corpóreas		
423 - Equipamento Básico	Valor de Aquisição	2 118,11
424 - Equipamento de Transporte	Valor de Aquisição	0,00
426 - Equipamento Administrativo	Valor de Aquisição	51 266,19
429 - Outras Imobilizações Corpóreas		0,00
4291 - Artigos e Objetos de Valor	Valor de Aquisição	19 248,75
4293 - Outras Imobilizações Corpóreas	Valor de Aquisição	766,92

CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA APLICADOS NO EXERCÍCIO DE 2015

Rubricas do Balanço	Crítérios Aplicados	Valor de Balanço
4 - Imobilizações		
42 - Imobilizações Corpóreas		
423 - Equipamento Básico	Valor de Aquisição	2 491,63
424 - Equipamento de Transporte	Valor de Aquisição	0,00
426 - Equipamento Administrativo	Valor de Aquisição	36 336,47
429 - Outras Imobilizações Corpóreas		
4291 - Artigos e Objetos de Valor	Valor de Aquisição	19 248,75
4293 - Outras Imobilizações Corpóreas	Valor de Aquisição	1 925,67

8.2.7 – Ativo Imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas foi como segue:

ATIVO BRUTO – IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliações	Aumentos	Alienações	Transf. & Abates	Saldo Final
Equipamento Básico	2 988,13	0,00	0,00	0,00	0,00	2 988,13
Equipamento de Transporte	75 593,16	0,00	0,00	0,00	0,00	75 593,16
Equipamento Administrativo	1 065 412,19	0,00	30 190,35	0,00	0,00	1 095 602,54
Artigos e Objetos de Valor	19 248,75	0,00	0,00	0,00	0,00	19 248,75
Outras Imobilizações Corpóreas	40 574,95	0,00	0,00	0,00	0,00	40 574,95
	1 203 817,18	0,00	30 190,35	0,00	0,00	1 234 007,53

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES				
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Alienações	Saldo Final
Imobilizações Corpóreas				
Equipamento Básico	496,50	373,52	0,00	870,02
Equipamento de Transporte	75 593,16	0,00	0,00	75 593,16
Equipamento Administrativo	1 029 075,72	15 260,63	0,00	1 044 336,35
Outras Imobilizações Corpóreas	38 649,28	1 158,75	0,00	39 808,03
	1 143 814,66	16 792,90	0,00	1 160 607,56

a) As amortizações foram calculadas de acordo com a aplicação das taxas máximas permitidas

b) Nos bens adquiridos a partir de 2001 foi aplicada a Portaria 671/2000 de 17 de Abril

8.2.8 – Desagregação das Rúbricas do Ativo Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2016, o valor do ativo imobilizado pode ser detalhado como segue:

IMOBILIZADO							
Ano de Aquisição	Valor de Aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Amortizações do Exercício	Amortizações Acumuladas	Saldo Final
1991	2 316,90	0,00	0,00	0,00	0,00	2 316,90	0,00
1992	1 678,17	0,00	0,00	0,00	0,00	1 678,17	0,00
1996	382,19	0,00	0,00	0,00	0,00	382,19	0,00
1999	9 289,23	0,00	0,00	0,00	0,00	9 289,23	0,00
2000	44 112,20	0,00	0,00	0,00	0,00	44 112,20	0,00
2001	29 185,58	0,00	0,00	0,00	0,00	29 185,58	0,00
2002	323 969,37	0,00	0,00	0,00	0,00	323 969,37	0,00
2003	134 768,35	0,00	0,00	0,00	0,00	115 519,60	19 248,75
2004	123 678,86	0,00	0,00	0,00	0,00	123 678,86	0,00
2005	101 989,84	0,00	0,00	0,00	0,00	101 989,84	0,00
2006	56 749,33	0,00	0,00	0,00	0,00	56 749,33	(0,00)
2007	47 008,73	0,00	0,00	0,00	0,00	47 008,73	0,00
2008	79 150,67	0,00	0,00	0,00	1 111,61	79 150,67	(0,00)
2009	111 381,75	0,00	0,00	0,00	4 577,48	108 276,23	3 105,52
2010	67 318,45	0,00	0,00	0,00	317,83	66 894,70	423,75
2011	16 870,65	0,00	0,00	0,00	0,00	16 870,65	0,00
2012	13 247,55	0,00	0,00	0,00	1 131,56	13 247,55	0,00
A Transportar	1 163 097,82	0,00	0,00	0,00	7 138,48	1 140 319,80	22 778,02

IMOBILIZADO (Continuação)

Ano de Aquisição	Valor de Aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Amortizações do Exercício	Amortizações Acumuladas	Saldo Final
Transporte	1 163 097,82	0,00	0,00	0,00	7 138,48	1 140 319,80	22 778,02
2013	12 063,20	0,00	0,00	0,00	2 235,56	10 001,52	2 061,68
2014	6 621,05	0,00	0,00	0,00	1 047,73	2 273,15	4 347,90
2015	22 035,12	0,00	0,00	0,00	5 603,61	7 245,61	14 789,51
2016	30 190,35	0,00	0,00	0,00	767,53	767,53	29 422,82
	1 234 007,53	0,00	0,00	0,00	16 792,90	1 160 607,56	73 399,96

ATIVO IMOBILIZADO

Elemento	Valor Aquisição	Data Aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Tx Amortização	Amortizações Exercício	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Viat 94-14-QC	22 204,74	2000				25,00%		22 204,74	0,00
Viat 45-73-XB	25 000,00	Mar-04				16,66%		25 000,00	0,00
Viat 51-92-ZI	28 388,42	Dez-04				12,50%		28 388,42	0,00
Artigos de conforto	189,54	1991				12,50%		189,54	0,00
Mobiliário	1 700,03	1991				12,50%		1 700,03	0,00
Selo branco	265,99	1991				25,00%		265,99	0,00
Mobiliário	1 587,12	1992				12,50%		1 587,12	0,00
Mobiliário	245,05	1996				12,50%		245,05	0,00
Equipamento administrativo	161,34	1991				100,00%		161,34	0,00
Equipamento administrativo	91,05	1992				100,00%		91,05	0,00
Equipamento administrativo	137,14	1996				100,00%		137,14	0,00
Equipamento administrativo	400,16	1999				100,00%		400,16	0,00
Central telefônica	3 342,06	1999				10,00%		3 342,06	0,00
Aparelhagem e máq.eletrônicas	324,16	1999				20,00%		324,16	0,00
Máq.escrever,calc.cont.fotocopiar	2 421,91	1999				20,00%		2 421,91	0,00
Mobiliário	2 800,92	1999				12,50%		2 800,92	0,00
Não especificadas	107,19	2000				12,50%		107,19	0,00
Mobiliário	21 043,99	2000				12,50%		21 043,99	0,00
Ferramentas e utensílios	756,28	2000				25,00%		756,28	0,00
Central telefônica	14 134,34	Jun-01				12,50%		14 134,34	0,00
Outro material,aparelhos,utensílios	355,99	Ago-01				25,00%		355,99	0,00
Telefones	1 122,85	Nov-01				25,00%		1 122,85	0,00
Blocos de gavetas	334,46	Fev-01				12,50%		334,46	0,00
Secretárias	835,69	Fev-01				12,50%		835,69	0,00
Cadeiras	238,49	Fev-01				12,50%		238,49	0,00
Mesas	89,08	Nov-01				100,00%		89,08	0,00
Papeleiras	44,52	Nov-01				100,00%		44,52	0,00
Candeeiros, globos,lustres,profonier	98,44	Nov-01				100,00%		98,44	0,00
Armários	2 305,04	Jul-01				12,50%		2 305,04	0,00
Cadeiras	1 430,13	Jul-01				12,50%		1 430,13	0,00
Mesas	453,16	Jul-01				12,50%		453,16	0,00
Secretárias	565,12	Jul-01				12,50%		565,12	0,00
Calculadora	96,88	Abr-01				100,00%		96,88	0,00
Mesas	235,84	Jan-02				100,00%		235,84	0,00
Secretárias	252,65	Jan-02				12,50%		252,65	0,00
Blocos de gavetas	378,16	Jan-02				12,50%		378,16	0,00
Blocos de gavetas	194,84	Abr-02				12,50%		194,84	0,00
Outro mobiliário	99,01	Fev-02				100,00%		99,01	0,00
Armários	5 753,46	Mai-03				12,50%		5 753,46	0,00
Blocos de gavetas	1 808,58	Mai-03				12,50%		1 808,58	0,00
Blocos de gavetas	319,16	Jul-03				12,50%		319,16	0,00
Blocos de gavetas	440,30	Ago-03				12,50%		440,30	0,00
Cadeiras	9 624,14	Mai-03				12,50%		9 624,14	0,00
Cadeiras	10 187,29	Jul-03				12,50%		10 187,29	0,00
Cadeiras	919,08	Ago-03				12,50%		919,08	0,00
Estantes	1 193,49	Ago-03				12,50%		1 193,49	0,00
Mesas	6 412,31	Mai-03				12,50%		6 412,31	0,00
Mesas	7 506,38	Jul-03				12,50%		7 506,38	0,00
Mesas	141,37	Ago-03				12,50%		141,37	0,00
Secretárias	5 616,39	Mai-03				12,50%		5 616,39	0,00
Secretárias	5 147,19	Jul-03				12,50%		5 147,19	0,00
Secretárias	877,69	Dez-03				12,50%		877,69	0,00
Sofás	2 208,64	Mai-03				12,50%		2 208,64	0,00
Sofás	1 766,91	Jul-03				12,50%		1 766,91	0,00
Sofás	1 142,40	Out-03				12,50%		1 142,40	0,00
Outro equip. e material escritório	1 877,15	Abr-03				12,50%		1 877,15	0,00
Fotocopiadores	2 441,88	Set-03				20,00%		2 441,88	0,00
Fax	793,00	Out-03				20,00%		793,00	0,00
Fotocopiadores	4 157,98	Dez-04				20,00%		4 157,98	0,00
Computadores	1 543,13	Dez-01				25,00%		1 543,13	0,00
Router	5 087,84	Mai-01				25,00%		5 087,84	0,00
Outro equipamento informático	450,42	Mar-01				33,33%		450,42	0,00
A Transportar...	211 847,96		0,00	0,00	0,00		0,00	211 847,96	0,00

ATIVO IMOBILIZADO – Continuação

Elemento	Valor Aquisição	Data Aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Tx Amortização	Amortizações Exercício	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Transporte...	211 847,96		0,00	0,00	0,00		0,00	211 847,96	0,00
Unidades centrais de processamento	10 585,05	Out-02				25,00%		10 585,05	(0,00)
Equipamento de Switching	3 034,70	Nov-02				25,00%		3 034,70	0,00
Outro equipamento informático	590,06	Out-02				25,00%		590,06	0,00
Software de aplicação	258 968,34	Out-02				33,33%		258 968,34	0,00
Software de aplicação	49 630,72	Dez-02				33,33%		49 630,72	0,00
Monitores	571,20	Jun-03				25,00%		571,20	0,00
Scanners	230,00	Set-03				25,00%		230,00	0,00
Outro equipamento informático	517,59	Mai-03				25,00%		517,59	0,00
Software de aplicação	32 646,46	Abr-03				33,33%		32 646,46	0,00
Software de aplicação	4 284,00	Dez-03				33,33%		4 284,00	0,00
Computadores	5 930,96	Jul-04				25,00%		5 930,96	0,00
Computadores	1 475,60	Nov-04				25,00%		1 475,60	0,00
Computadores	1 486,31	Dez-04				25,00%		1 486,31	0,00
Equipamento de rede	5 698,37	Jun-04				25,00%		5 698,37	0,00
Impressoras	85,00	Set-04				25,00%		85,00	0,00
Outro equipamento informático	410,49	Fev-04				25,00%		410,49	0,00
Outro equipamento informático	388,62	Mai-04				25,00%		388,62	0,00
Outros softwares	7 140,00	Abr-04				33,33%		7 140,00	0,00
Outros softwares	714,00	Ago-04				33,33%		714,00	0,00
Outros softwares	14 660,80	Ago-04				33,33%		14 660,80	0,00
Outros softwares	1 135,26	Set-04				33,33%		1 135,26	0,00
Outros softwares	13 994,40	Out-04				33,33%		13 994,40	0,00
Outros softwares	13 012,65	Dez-04				33,33%		13 012,65	0,00
Bastidores	4 236,21	Dez-05				25,00%		4 236,21	0,00
Computadores	1 512,50	Set-05				25,00%		1 512,50	0,00
Computadores	890,00	Out-05				25,00%		890,00	0,00
Unidades centrais de processamento	3 194,02	Out-05				25,00%		3 194,02	0,00
Unidades centrais de processamento	8 367,15	Nov-05				25,00%		8 367,15	0,00
Equipamento de rede	4 013,64	Nov-05				25,00%		4 013,64	0,00
Equipamento de Switching	6 000,39	Out-05				25,00%		6 000,39	0,00
Unidades de Banda	19 893,65	Nov-05				25,00%		19 893,65	0,00
Unidades de Disco	6 047,58	Nov-05				25,00%		6 047,58	0,00
Software de aplicação	10 164,00	Nov-05				33,33%		10 164,00	0,00
Software de aplicação	4 356,00	Dez-05				33,33%		4 356,00	0,00
Equipamento de Switching	1 442,11	Jun-05				33,33%		1 442,11	0,00
Software de gestão de rede	1 332,44	Mai-05				33,33%		1 332,44	0,00
Outros softwares	7 140,00	Abr-05				33,33%		7 140,00	0,00
Outros softwares	1 502,68	Jun-05				33,33%		1 502,68	0,00
Outros softwares	1 680,01	Ago-05				33,33%		1 680,01	0,00
Outros softwares	1 413,45	Set-05				33,33%		1 413,45	0,00
Unidades centrais de processamento	2 870,83	Dez-05				33,33%		2 870,83	0,00
Blocos de gavetas	187,28	Jun-05				12,50%		187,28	0,00
Blocos de gavetas	190,43	Ago-05				12,50%		190,43	0,00
Cadeiras	550,23	Jun-05				12,50%		550,23	0,00
Secretarias	537,31	Jun-05				12,50%		537,31	0,00
Secretarias	238,18	Nov-05				12,50%		238,18	0,00
Outro mobiliário	78,18	Ago-05				100,00%		78,18	0,00
Papeleiras	19,93	Ago-05				100,00%		19,93	0,00
Outro mat., aparelhos, ut e inst.	14 131,64	Nov-05				14,28%		14 131,64	0,00
Telefones	705,19	Mai-03				12,50%		705,19	0,00
Outro material,aparelhos,utensílios	9 384,34	Abr-03				14,28%		9 384,34	0,00
Outros artigos e utensílios	175,00	Ago-03				12,50%		175,00	0,00
Equipamento frigorífico refrigeração	239,01	Out-03				14,28%		239,01	0,00
Máquinas e aparelhos de cozinha	590,00	Out-03				12,50%		590,00	0,00
Unidades centrais de processamento	4 541,13	Jun-06				25,00%		4 541,13	0,00
Computadores	1 089,00	Jun-06				25,00%		1 089,00	0,00
Computadores	7 744,00	Out-06				25,00%		7 744,00	0,00
Computadores	968,00	Dez-06				25,00%		968,00	0,00
Equipamento de rede	477,95	Mai-06				25,00%		477,95	0,00
Equipamento de Switching	4 294,05	Mai-06				25,00%		4 294,05	0,00
Impressoras	1 002,91	Abr-06				100,00%		1 002,91	0,00
Impressoras	603,73	Jun-06				25,00%		603,73	0,00
Impressoras	768,35	Out-06				25,00%		768,35	0,00
Monitores	281,93	Jun-06				25,00%		281,93	0,00
Monitores	242,00	Jul-06				100,00%		242,00	0,00
Monitores	2 807,20	Out-06				25,00%		2 807,20	0,00
Monitores	350,90	Dez-06				25,00%		350,90	0,00
PC portáteis	10 886,37	Nov-06				25,00%		10 886,37	0,00
Unidades de controlo	8 024,48	Ago-06				25,00%		8 024,48	0,00
Unidades de controlo	968,00	Mai-07				33,33%		968,00	0,00
Outro equipamento informático	160,93	Abr-06				100,00%		160,93	0,00
Sistemas operativos	2 133,87	Mar-06				33,33%		2 133,87	0,00
Sistemas operativos	1 388,79	Jul-06				33,33%		1 388,79	0,00
Sistemas operativos	694,39	Nov-06				33,33%		694,39	0,00
A Transportar...	801 549,90		0,00	0,00	0,00		0,00	801 549,90	0,00

ATIVO IMOBILIZADO – Continuação

Elemento	Valor Aquisição	Data Aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Tx Amortização	Amortizações Exercício	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Transporte...	801 549,90		0,00	0,00	0,00		0,00	801 549,90	0,00
Equipamento de rede	729,18	Mar-06				33,33%		729,18	0,00
Equipamento de rede	1 339,45	Nov-06				33,33%		1 339,45	0,00
Equipamento de rede	508,20	Nov-06				33,33%		508,20	0,00
Software de gestão de rede	83,76	Mar-06				100,00%		83,76	0,00
Armários	1 675,85	Dez-06				12,50%		1 675,85	0,00
Secretárias	237,00	Mar-06				12,50%		237,00	0,00
Outras máquinas e aparelhos	914,76	Jul-06				20,00%		914,76	0,00
Outro equip. de utilização específica	1 833,15	Ago-06				25,00%		1 833,15	0,00
Computadores	8 712,00	Abr-07				25,00%		8 712,00	0,00
Computadores	3 085,50	Ago-07				25,00%		3 085,50	0,00
Unidades centrais de processamento	15 651,35	Dez-07				25,00%		15 651,35	0,00
Unidades de Disco	1 306,80	Dez-07				25,00%		1 306,80	0,00
Monitores	344,00	Jan-07				25,00%		344,00	0,00
Monitores	1 940,36	Abr-07				25,00%		1 940,36	0,00
Monitores	820,38	Ago-07				25,00%		820,38	0,00
PC portáteis	7 757,92	Dez-07				25,00%		7 757,92	0,00
Outro equipamento informático	1 885,18	Jun-07				25,00%		1 885,18	0,00
Sistemas operativos	1 920,27	Jan-07				33,33%		1 920,27	0,00
Sistemas operativos	3 335,97	Mar-07				33,33%		3 335,97	0,00
Máquinas e aparelhos de cozinha	249,00	Jun-07				100,00%		249,00	0,00
Bastidores	6 843,60	Dez-08				12,50%	784,16	6 843,60	0,00
Computadores	8 712,00	Fev-08				25,00%		8 712,00	0,00
Equipamento de Switching	7 506,98	Dez-08				25,00%		7 506,98	0,00
Impressoras	483,75	Mar-08				25,00%		483,75	0,00
Impressoras	525,14	Abr-08				25,00%		525,14	0,00
Impressoras	195,00	Mai-08				100,00%		195,00	0,00
Monitores	1 936,00	Fev-08				25,00%		1 936,00	0,00
Monitores	955,20	Set-08				25,00%		955,20	0,00
Monitores	199,99	Nov-08				100,00%		199,99	0,00
PC portáteis	1 563,60	Set-08				25,00%		1 563,60	0,00
Projector de imagem de ecrã	670,00	Jul-08				25,00%		670,00	0,00
Unidades centrais de processamento	14 436,24	Dez-08				25,00%		14 436,24	0,00
Unidade de disco	2 080,00	Mai-08				25,00%		2 080,00	0,00
Sistemas operativos	4 749,49	Mar-08				33,33%		4 749,49	0,00
Software de aplicação	8 470,00	Jun-08				33,33%		8 470,00	0,00
Software de aplicação	7 200,00	Dez-08				33,33%		7 200,00	0,00
Software de rede	1 476,00	Ago-08				33,33%		1 476,00	0,00
Blocos de gavetas	584,64	Dez-08				12,50%	66,99	584,64	0,00
Cadeiras	2 279,64	Mar-08				12,50%	47,46	2 279,64	0,00
Divisórias amovíveis	449,34	Out-08				12,50%	42,11	449,34	0,00
Mesas	298,87	Mar-08				12,50%	6,22	298,87	0,00
Secretárias	4 678,83	Mar-08				12,50%	97,50	4 678,83	0,00
Secretárias	586,46	Dez-08				12,50%	67,18	586,46	0,00
Outro mobiliário	229,90	Mar-08				100,00%		229,90	0,00
Televisores	2 040,00	Jan-08				14,28%		2 040,00	0,00
Bastidores	1 339,20	Jun-09				12,50%	167,40	1 269,45	69,75
Computadores	16 954,53	Abr-09				25,00%		16 954,53	0,00
Unidades centrais de processamento	5 261,25	Abr-09				25,00%		5 261,25	0,00
Impressoras	1 155,60	Mar-09				25,00%		1 155,60	0,00
Monitores	1 093,03	Ago-09				25,00%		1 093,03	0,00
PC portáteis	6 851,82	Dez-09				25,00%		6 851,82	0,00
Router	17 580,42	Mai-09				25,00%		17 580,42	0,00
Sistemas operativos	1 446,96	Fev-09				33,33%		1 446,96	0,00
Software de aplicação	5 011,68	Mar-09				33,33%		5 011,68	0,00
Software de aplicação	11 532,00	Abr-09				33,33%		11 532,00	0,00
Software de aplicação	528,00	Dez-09				33,33%		528,00	0,00
Software de comunicações	3 913,92	Jun-09				33,33%		3 913,92	0,00
Armários	1 053,60	Out-09				12,50%	131,70	954,83	98,77
Cofres	381,60	Dez-09				12,50%	47,70	337,88	43,72
Estantes	3 555,24	Jul-09				12,50%	444,41	3 333,06	222,18
Estantes	15 598,81	Out-09				12,50%	1 949,85	14 136,41	1 462,40
Estantes	5 378,04	Dez-09				12,50%	672,26	4 761,84	616,20
Blocos de gavetas	215,38	Jan-09				12,50%	26,93	215,38	0,00
Secretárias	226,10	Jan-09				12,50%	28,27	226,10	0,00
Outras máquinas e aparelhos	1 932,97	Dez-09				20,00%		1 932,97	0,00
Aparelhos de ar condicionado	6 784,80	Jun-09				12,50%	848,10	6 431,43	353,37
Aparelhos de ar condicionado	2 086,80	Dez-09				12,50%	260,85	1 847,69	239,11
Dispositivos de sinalização	1 500,00	Dez-09				20,00%		1 500,00	0,00
Bastidores	2 542,56	Mai-10				12,50%	317,82	2 118,80	423,76
Computadores	4 757,20	Dez-10				25,00%		4 757,20	0,00
Monitores	1 002,40	Dez-10				25,00%		1 002,40	0,00
Impressoras	3 724,80	Fev-10				25,00%		3 724,80	0,00
Impressoras	3 689,82	Nov-10				25,00%		3 689,82	0,00
Software de comunicações	29 577,12	Jun-10				33,33%		29 577,12	0,00
Software de rede	13 276,43	Set-10				33,33%		13 276,43	0,00
Outros softwares	900,00	Fev-10				33,33%		900,00	0,00
A Transportar...	1 105 882,73		0,00	0,00	0,00		6 006,91	1 102 353,47	3 529,28

ATIVO IMOBILIZADO – Continuação

Elemento	Valor Aquisição	Data Aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Tx Amortização	Amortizações Exercício	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Transporte...	1 105 882,73		0,00	0,00	0,00		6 006,91	1 102 353,47	3 529,26
Outros softwares	3 312,00	Mai-10				33,33%		3 312,00	0,00
Outros softwares	4 307,60	Set-10				33,33%		4 307,60	0,00
Outros softwares	228,52	Dez-10				100,00%		228,52	0,00
Software de gestão de rede	3 279,88	Dez-11				33,33%		3 279,88	0,00
Sistemas operativos	1 058,12	Abr-11				33,33%		1 058,12	0,00
Software de base	12 532,65	Abr-11				33,33%		12 532,65	0,00
Unidades de disco	6 034,97	Out-12				25,00%	1 131,56	6 034,97	0,00
Sistemas operativos	908,58	Abr-12				33,33%		908,58	0,00
Software de base	2 316,48	Jun-12				33,33%		2 316,48	0,00
Outros softwares	3 758,69	Fev-12				33,33%		3 758,69	0,00
Outros softwares	228,83	Mar-12				100,00%		228,83	0,00
Computadores	4 582,68	Dez-13				25,00%	1 145,67	3 532,48	1 050,20
Monitores	962,65	Dez-13				25,00%	240,66	742,04	220,61
Sistemas operativos	1 581,25	Mai-13				33,33%	175,84	1 581,25	0,00
Outros softwares	3 584,86	Jun-13				33,33%	498,21	3 584,86	0,00
Equipamento frigorífico refrigeração	348,74	Jul-13				14,28%	49,80	174,30	174,44
Selos brancos e sinetas	1 003,02	Dez-13				12,50%	125,38	386,59	616,43
Central telefónica	976,51	Jun-14				12,50%	122,06	315,32	661,19
Outros softwares	1 056,64	Nov-14				33,33%	352,18	763,06	293,58
Armários	4 587,90	Dez-14				12,50%	573,49	1 194,77	3 393,13
Computadores	15 686,19	Dez-15				25,00%	3 921,55	4 248,35	11 437,84
Impressoras	2 086,77	Jul-15				25,00%	521,70	782,55	1 304,22
Software de aplicação	3 103,14	Mar-15				33,33%	1 034,28	1 896,18	1 206,96
Software de comunicações	150,42	Dez-15				100,00%		150,42	0,00
Central telefónica	1 008,60	Set-15				12,50%	126,08	168,11	840,49
Unidades centrais de processamento	16 985,48	Dez-16				25,00%	353,86	353,86	16 631,62
Unidades de disco	11 304,52	Dez-16				25,00%	235,51	235,51	11 069,01
Cadeiras	1 900,35	Abr-16				12,50%	178,16	178,16	1 722,19
Quadro de Paulo Neves	2 100,00	Ago-03				0,00%		0,00	2 100,00
Quadro de Alfredo Coelho	3 403,40	Ago-03				0,00%		0,00	3 403,40
Quadro de Costa Leite	1 285,20	Ago-03				0,00%		0,00	1 285,20
Quadro de Vasco Torres	3 534,30	Ago-03				0,00%		0,00	3 534,30
Serigrafia de Resende	803,25	Ago-03				0,00%		0,00	803,25
Serigrafia de Paulo Neves	642,60	Ago-03				0,00%		0,00	642,60
Quadro de Francisco Geraldo	5 085,00	Ago-03				0,00%		0,00	5 085,00
Cómoda de D.João V	1 500,00	Set-03				0,00%		0,00	1 500,00
Travessa de porcelana da China	895,00	Out-03				0,00%		0,00	895,00
	1 234 007,53		0,00	0,00	0,00		16 792,90	1 160 607,56	73 399,97

8.2.31 – Movimento Ocorrido no Exercício nas Contas de Provisões

PROVISÕES ACUMULADAS

Contas	Designação	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
292	Provisões para riscos e encargos	194 073,80	24 475,32	0,00	218 549,12

Na sequência do relatório nº 29/2010 do Tribunal de Contas (processo nº 05/2009 – Audit), bem como do parecer nº 7/2012 do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, o Conselho Diretivo do IGFCS,IP decidiu proceder à suspensão de algumas componentes remuneratórias que vinham sendo abonadas aos trabalhadores bem como solicitar a reposição de valores pagos indevidamente no passado.

Tendo em conta a interposição de processos judiciais pela maioria dos colaboradores, o Conselho Diretivo decidiu, em 2012, proceder à constituição de uma provisão para fazer face a uma eventual decisão desfavorável, que leve à necessidade de proceder ao pagamento dos valores não pagos.

Não tendo havido, até final do exercício qualquer decisão definitiva proferida pelos tribunais, em 2016 reforça-se essa provisão em 24 475,32€, ascendendo a mesma a 147 848,77€.

Na sequência de interposição de recurso à sentença proferida a 07.03.2013 pelo Tribunal do Trabalho de Cascais, no âmbito de um processo que opõe uma colaboradora ao Instituto, o referido Tribunal instou o IGFCCS,IP a prestar caução no valor de 60 000€, caução que a 31 de dezembro se mantinha depositada à ordem daquele Tribunal.

O acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 09.07.2014 veio confirmar a sentença, alterando apenas o valor da indemnização por danos não patrimoniais dos 20 000€ decididos em 1ª instância, para 10 000€.

Após trânsito em julgado da respetiva sentença, a Autora apresentou ao IGFCCS,IP a sua proposta de liquidação do seu pedido pelo valor total de 80 700,35€, correspondente a:

- ✓ 13 980,35€, referentes ao diferencial entre o vencimento pago e o vencimento que auferia enquanto diretora, de Junho de 2007 inclusive, em diante;
- ✓ 56 720,00€, referentes ao diferencial entre o valor do subsídio de doença que lhe foi pago entre 2007 e 2011 e aquele que teria recebido se a base de incidência daquele subsídio fosse o seu vencimento enquanto diretora;
- ✓ 10 000,00€, relativos à indemnização por danos extrapatrimoniais.

Em Novembro de 2014, o IGFCCS,IP pagou o valor correspondente à indemnização por danos extrapatrimoniais e não aceitou a demais liquidação por sobre a mesma impenderem sérias dívidas.

Nessa sequência, o IGFCCS,IP solicitou esclarecimentos à Autora e ao Instituto de Segurança Social, IP, que à data de fecho de contas ainda não haviam sido prestados. Assim, atentas as dúvidas acima mencionadas, o IGFCCS,IP aguarda ação de liquidação de sentença, tendo no entanto, por mera cautela, provisionado a totalidade do montante reclamado pela Autora.

8.2.32 – Movimento Ocorrido no Exercício nos Fundos Próprios do IGFCCS,IP

Os movimentos ocorridos nas rubricas de Fundos Próprios durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 podem ser analisados como segue:

MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO					
Contas	Saldo Inicial	Movimentos do Exercício		Saldo Final	Observações
		Variações	Transferências		
577 - Reservas decorrentes da transferência de ativos					
5772 - De imobilizações Corpóreas	203 351,05			203 351,05	
5778 - De Outros Ativos	185 712,14			185 712,14	
59 - Resultados Transitados					
592 - Regularizações de Grande Significado	(18 574,88)			(18 574,88)	
599 - Resultados Transitados - Outros	(476 841,82)		106 353,51	(370 488,31)	
Resultado Líquido do Exercício	106 353,51		(106 353,51)	0,00	a)
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	

a) Aplicação do resultado líquido apurado no exercício de 2015, de acordo com a ata nº 802 de 14.04.2016 do Conselho Diretivo

8.2.35 – Repartição do Valor Líquido das Vendas e das Prestações de Serviços por Mercado

O valor das vendas e prestações de serviços pode ser decomposto como segue:

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS			
Contas	Designação	Mercado Interno	
		31.12.2016	31.12.2015
712	Prestações de Serviços		
	FCR	58 438,00	105 658,00
	FCT	229 472,51	196 494,41
		287 910,51	302 152,41

O valor inscrito na rubrica “FCR” refere-se aos custos de gestão, conforme o estipulado no nº 3 do artigo 15º da Portaria nº 212/2008 de 29 de fevereiro (Regulamento de Gestão do Fundo dos Certificados de Reforma).

De acordo com a deliberação do Conselho Diretivo de 31.03.2016, a provisão a constituir pelo FCR corresponde a 0,15% do valor da carteira (0,29% até 2015). (Nota 8.2.38).

O montante proveniente do FCT compreende a despesa por incumprimento da entrega por parte das entidades empregadoras, de acordo com o estipulado no nº 2 do artigo 12º do Regulamento nº 390-B/2013 de 14 de outubro (Regulamento de Gestão do Fundo de Compensação do Trabalho).

8.2.37 – Demonstração dos Resultados Financeiros

As demonstrações dos resultados financeiros para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser detalhadas como segue:

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS							
Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
681	Juros Suportados	0,00	0,00	781	Juros Obtidos	4 763,00	12 037,87
688	Outros Custos e Perdas Financ	1 098,49	1 259,01	788	Outros Prov e Ganhos Financ	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	3 664,51	10 778,86				
		4 763,00	12 037,87			4 763,00	12 037,87

A rubrica “Outros custos e perdas financeiras” representa os encargos com serviços bancários. O valor inscrito na rubrica “Juros obtidos” pode ser discriminado como segue:

JUROS OBTIDOS		
	Exercício	
	2016	2015
Depósitos à Ordem	718,37	1 660,62
Depósitos a Prazo	4 044,63	10 377,25
	4 763,00	12 037,87

8.2.38 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

As demonstrações dos resultados extraordinários para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser detalhadas como segue:

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS							
Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
697	Correções relativas a exercícios anteriores	47 252,99	28 734,11	797	Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	0,00
698	Outros custos e perdas extraordinários	0,00	0,00	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	64 935,55	20 898,38
	Resultados Extraordinários	17 682,56	(7 835,73)				
		64 935,55	20 898,38			64 935,55	20 898,38

O valor registado na rubrica “Correções relativas a exercícios anteriores” corresponde ao acerto do excesso da provisão criada em 2015 da comissão de gestão do FCR. Nos termos do regulamento de gestão do FCR, este deverá pagar anualmente uma comissão de gestão fixa até que se encontrem cobertos os custos diretos incorridos pelo IGFCSS,IP com a implementação do Regime Público de Capitalização. Com a cobertura dos custos relativos ao investimento inicial procedeu-se à anulação do proveito reconhecido em 2015. (Nota 8.2.35)

O valor inscrito na rubrica “Outros proveitos e ganhos extraordinários” refere-se às transferências, do FEFSS para o IGFCSS,IP, da componente receitas de capital com suporte no Orçamento da Segurança Social (Nota 8.3.4.5), refletindo o impacto da aplicação do princípio da especialização dos exercícios no que respeita ao valor das despesas de capital incorridas no exercício.

8.2.39 – Outras Informações Consideradas Relevantes para Melhor Compreensão da Posição Financeira e dos Resultados

8.2.39.1 – Dívidas de Terceiros – Curto Prazo

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 estas rubricas podem ser detalhadas conforme a tabela abaixo:

DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO			
Contas	Designação	2016	2015
24	Estado e Outros Entes Públicos		
2453	Segurança Social	2 622,24	2 622,24
26	Outros Devedores		
2689952	Depósitos de Garantia	60 000,00	60 000,00
	Total	62 622,24	62 622,24

8.2.39.2 – Conta no Tesouro, Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA			
Contas	Designação	2016	2015
1211	Depósitos à Ordem	1 267 210,52	797 228,74
11	Caixa	1 443,98	1 220,47
	Total	1 268 654,50	798 449,21

O saldo de Depósitos à ordem e Caixa, é composto pelo saldo de gerência apurado em 31 de Dezembro de 2016 no montante de 997 400,40€ (505 975,75€ em 2015), que deverá, de acordo com o nº 3 do artigo 11º do Decreto-Lei nº 203/2012, de 28 de Agosto, transitar para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) e pelo saldo registado em operações de tesouraria no valor de 249 072,89€ (274 054,98€ em 2015), correspondente aos valores em trânsito a entregar às entidades empregadoras no âmbito do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT). (Nota 8.2.39.2)

Tendo em consideração o previsto no nº 3 do artigo 48º da Lei 91/2001, de 20 de Agosto, republicada pela Lei 52/2011, de 13 de Outubro, a utilização do saldo de gerência carece de Despacho Conjunto dos Ministros responsáveis pelas áreas das Finanças e da Segurança Social, o qual não tinha ocorrido à data de 31 de Dezembro de 2016. Encontra-se registado em 31.12.2016 na subconta “2684412 – Credores por Transferências” o montante a devolver ao FEFSS em 2017, após aprovação da integração do referido saldo (997 400,40€).

8.2.39.3 – Acréscimos e Diferimentos – Ativo

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (ATIVO)					
Contas	Designação	2016		2015	
		Saldo	Total	Saldo	Total
2711	Juros a Receber				
27111	Juros a Receber D/O	10,10	10,10	0,00	0,00
2719	Outros Acréscimos de Proveitos	471 258,42	471 258,42	469 915,11	469 915,11
271	Acréscimo de Proveitos		471 268,52		469 915,11
272	Custos Diferidos				
2721	Seguros	405,39		405,39	
2722	Rendas Adiantadas	7 874,40		7 854,91	
2729	Outros Custos Diferidos	17 909,98	26 189,77	17 536,11	25 796,41
272	Custos Diferidos		26 189,77		25 796,41

Do valor inscrito na rubrica “Outros acréscimos de proveitos”, 58 438,00€ corresponde à estimativa da comissão de gestão do FCR a receber em abril de 2017. O remanescente diz respeito ao acréscimo de proveitos mencionado nas notas 8.2.2 e 8.2.39.7.

Na rubrica “Outros custos diferidos” estão principalmente registados pagamentos efetuados no exercício, relativos a serviços de informação financeira.

8.2.39.4 – Dívidas a Terceiros – Curto Prazo

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

DÍVIDAS A TERCEIROS – CURTO PRAZO

Contas	Designação	2016	2015
22	Fornecedores		
221	Fornecedores, C/C	91,51	0,00
24	Estado e Outros Entes Públicos		
2453	Segurança Social	22 181,23	18 418,48
26	Outros Credores		
2684412	Credores por transferências correntes	997 400,40	505 975,75
268956	Empregadores FCT	249 072,89	274 054,98
	Total Outros Credores	1 246 473,29	780 030,73
	Total	1 268 746,03	798 449,21

O valor registado na rubrica “Credores por Transferências Correntes” corresponde ao saldo de gerência de 2016 do IGFCCS,IP a ser transferido em 2017 para FEFSS, após despacho de aprovação do saldo.

O montante inscrito na rubrica “Empregadores FCT” corresponde a valores em trânsito, a entregar às entidades empregadoras no âmbito do Fundo de Compensação do Trabalho.

Tendo em conta que os valores a reembolsar às entidades empregadoras, nos termos do artigo 34º da Lei 70/2013, lhes são transferidos através da articulação entre o sistema de suporte ao Fundo de Compensação do Trabalho (GFCT) e um sistema da segurança social (SICC), os valores resgatados ao Fundo para esse efeito são previamente transferidos para uma conta bancária da entidade gestora, sendo esta a responsável pela respetiva entrega aos empregadores.

8.2.39.5 – Acréscimos e Diferimentos – Passivo

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (PASSIVO)

Contas	Designação	2016		2015	
		Saldo	Total	Saldo	Total
273	Acréscimos de Custos				
2732	Remunerações a Liquidar	192 886,75	192 886,75	168 767,60	168 767,60
2739	Outros acréscimos de custos	122 363,38	122 363,38	169 695,95	169 695,95
273	Acréscimo de Custos		315 250,13		338 463,55
2745	Subsídios para Investimento	73 399,97	73 399,97	60 002,52	60 002,52
2749	Outros Proveitos Diferidos	26 189,75	26 189,75	25 796,41	25 796,41
274	Proveitos Diferidos		99 589,72		85 798,93

Do valor inscrito em “Outros Acréscimos de Custos”, 46 824,13€ dizem respeito ao acréscimo de custos mencionado nas notas 8.2.2 e 8.2.39.7. O valor inscrito em “Outros Proveitos Diferidos” diz respeito ao diferimento de proveitos mencionado nas notas 8.2.2 e 8.2.39.7.

8.2.39.6 – Remunerações dos Órgãos Sociais

Foram atribuídas aos membros dos órgãos sociais, no decorrer dos exercícios de 2016 e de 2015, as seguintes remunerações relacionadas com o exercício das suas funções:

REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS			
		2016	2015
Conselho Diretivo	Presidente	82 346,90	78 226,01
	Vice-Presidente	74 415,54	70 895,85
	Vogal	70 554,13	67 093,02
Fiscal Único	Horwath & Associados, SROC, Lda	13 641,48	13 641,48

8.2.39.7 – Transferências Correntes Obtidas

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES OBTIDAS			
Contas	Designação	31-12-2016	31-12-2015
742	Transferências Correntes Obtidas		
	FEFSS	2 882 424,33	2 286 776,86
	Total	2 882 424,33	2 286 776,86

Do valor inscrito na rubrica “Transferências correntes obtidas – FEFSS”, 2 787 816,00€ referem-se às transferências, do FEFSS para o IGFCSS,IP, da componente receitas correntes com suporte no Orçamento da Segurança Social (Nota 8.3.4.4). O remanescente, no valor de 94 608,33€, corresponde ao valor líquido dos acréscimos e diferimentos mencionados na nota 8.2.2.

8.2.39.8 – Declarações Relativas ao nº 3 do artigo 15º da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro

Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31.12.2016

COMPROMISSOS PLURIANUAIS	
Ano	Montante
2017	645 329,86
2018	272 637,32
2019	79 319,91
2020	2 304,00
Seguintes	0,00

Declaração de Pagamentos em Atraso em 31.12.2016

Não existem pagamentos em atraso.

Declaração de Recebimentos em Atraso em 31.12.2016

Não existem recebimentos em atraso.

8.3 – Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução

8.3.1 – Alterações Orçamentais

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS – DESPESA

Classificação Económica			Dotações Iniciais (3)	Alterações Orçamentais				Repetições ebetidas aos pagamentos (8)	Dotações Corrigidas 9-3+4-5+6+7+8	Observações (10)
Código (1)	POCISSS	Descrição (2)		Transferências de verbes entre rubricas		Créditos especiais (6)	Modificações na redacção da rubrica (7)			
				Reforços (4)	Anulações (5)					
0101		Remunerações certas e permanentes	1 450 228,00	4 500,00	4 500,00	0,00	0,00	0,00	1 450 228,00	
010102	6411/6416	Órgãos sociais	162 409,00	0,00	0,00				162 409,00	
01010301	6421111/64229	Pessoal dos quadros - FP	623 214,00	0,00	0,00				623 214,00	
01010304		Recrutamento pessoal novos postos de trabalho	59 463,00	0,00	0,00				59 463,00	
010108		Pessoal aguardando aposentação	500,00	0,00	0,00				500,00	
010111	64134/642281	Representação	99 359,00	3 000,00	0,00				102 359,00	
010112	642285/642286	Suplementos e prémios	303 163,00	1 500,00	0,00				304 663,00	
010113	64131/642241	Subsídio de refeição	55 038,00	0,00	4 500,00				50 538,00	
01011401	6412/642112	Subsídio de férias	73 064,00	0,00	0,00				73 064,00	
01011402	6412/642112	Subsídio de Natal	73 516,00	0,00	0,00				73 516,00	
010115		Remunerações por doença mat / pat	500,00	0,00	0,00				500,00	
0102		Abonos variáveis ou eventuais	84 190,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84 190,00	
010202		Horas extraordinárias	500,00	0,00	0,00				500,00	
010204	64132	Ajudas de custo	3 000,00	0,00	0,00				3 000,00	
01021201		Abonos devidos pela cessação da relação jurídica	70 700,00	0,00	0,00				70 700,00	
01021202	6486	Programa de rescisões por mútuo acordo	500,00	0,00	0,00				500,00	
01021203	6486	Indemnizações por danos não patrimoniais	0,00	0,00	0,00				0,00	
010213		Outros suplementos e prémios	5 000,00	0,00	0,00				5 000,00	
010214	642283	Outros abonos numerário ou espécie	4 490,00	0,00	0,00				4 490,00	
0103		Segurança social	319 560,00	7 000,00	7 000,00	0,00	0,00	0,00	319 560,00	
01030501	6452	Contribuições para a CGA	67 233,00	7 000,00	0,00				74 233,00	
01030502	6453	Contribuições para a Segurança Social	251 827,00	0,00	7 000,00				244 827,00	
010309		Seguros	500,00	0,00	0,00				500,00	
0201		Aquisição de bens	27 860,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28 360,00	
020102	62212	Combustíveis e lubrificantes	7 560,00	0,00	0,00				7 560,00	
020104	62234	Limpeza e higiene	1 800,00	0,00	0,00				1 800,00	
020108	62217	Material de escritório	12 000,00	0,00	0,00				12 000,00	
020112		Material de transporte - Peças	500,00	0,00	0,00				500,00	
020117	62215	Ferramentas e utensílios	2 000,00	500,00	0,00				2 500,00	
020118	62216	Livros e documentação técnica	2 000,00	0,00	0,00				2 000,00	
020121	622981	Outros bens	2 000,00	0,00	0,00				2 000,00	
0202		Aquisição de serviços	1 058 380,00	26 688,00	30 168,00	0,00	0,00	0,00	1 054 880,00	
020201	62211/62213/ 6229821111	Encargos das instalações	58 600,00	0,00	0,00				58 600,00	
020202	62234	Limpeza e higiene	23 100,00	0,00	0,00				23 100,00	
02020302	62232	Conservação de bens - Outras Entidades	12 000,00	2 000,00	0,00				14 000,00	
02020402	622191	Locação de edifícios - Outras entidades	97 524,00	0,00	0,00				97 524,00	
02020403		Princípio Onerosidade	14 976,00	3 744,00	0,00				18 720,00	
020206		Locação de material de transporte	500,00	9 500,00	0,00				10 000,00	
020209	62222	Comunicações	10 200,00	0,00	0,00				10 200,00	
020212	62223	Seguros	950,00	0,00	0,00				950,00	
020213	62227	Deslocações e estadas	15 000,00	0,00	0,00				15 000,00	
020214		Estudos, pareceres, projectos consultadoria	500,00	0,00	0,00				500,00	
020215	6483	Formação	18 000,00	0,00	0,00				18 000,00	
020217		Publicidade	500,00	0,00	0,00				500,00	
020218	62235	Vigilância e segurança	3 450,00	0,00	0,00				3 450,00	
020219	62245	Assistência técnica	132 400,00	500,00	0,00				132 900,00	
02022001		Outros trabalhos especializados - ISS	0,00	10 084,00	10 084,00				0,00	
02022002	62236	Outros trabalhos especializados	614 180,00	0,00	10 084,00				604 096,00	
020225	622982	Outros serviços	56 500,00	840,00	10 000,00				47 340,00	
0306		Juros e outros encargos	3 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 000,00	
030601	68818	Outros encargos financeiros	3 000,00	0,00	0,00				3 000,00	
04		Transferências correntes	0,00	505 975,75	0,00	0,00	0,00	0,00	505 975,75	
0406	63115	Segurança social	0,00	505 975,75	0,00				505 975,75	
07		Aquisição de bens e investimento	125 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125 000,00	
070107	426	Material de informática	50 000,00	0,00	0,00				50 000,00	
070108	426	Software informático	50 000,00	0,00	0,00				50 000,00	
070109	426	Equipamento administrativo	10 000,00	0,00	0,00				10 000,00	
070115	429	Outros investimentos	15 000,00	0,00	0,00				15 000,00	
0602		Outras despesas correntes	3 100,00	3 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 100,00	
060201	622982114	Impostos e taxas	3 000,00	3 000,00	0,00				6 000,00	
060203		Outras	100,00	0,00	0,00				100,00	
		TOTAL	3 071 316,00	547 643,75	41 668,00	0,00	0,00	0,00	3 577 291,75	

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS – RECEITA

Classificação Económica		Previsões Iniciais (3)	Alterações Orçamentais			Previsões Corrigidas 7=3+4+5-6	Observações (8)
Código (1)	POCISSS Descrição (2)		Créditos Especiais (4)	Reforços (5)	Anulações (6)		
05		8 000,00	0,00	0,00	0,00	8 000,00	
0502	781	Juros-Sociedades financeiras	8 000,00	0,00	0,00	8 000,00	
06		2 787 816,00	0,00	0,00	0,00	2 787 816,00	
0606		Segurança Social					
06060105	742132118	Outras Instituições da Segurança social	2 787 816,00	0,00	0,00	2 787 816,00	
07		150 000,00	0,00	0,00	0,00	150 000,00	
0702	712	Serviços	150 000,00	0,00	0,00	150 000,00	
10		125 000,00	0,00	0,00	0,00	125 000,00	
10060103	798311628	Segurança Social	125 000,00	0,00	0,00	125 000,00	
15		500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	
150101	6421111	Reposições não abatidas aos pagamentos	500,00	0,00	0,00	500,00	
16		0,00	0,00	565 975,75	0,00	565 975,75	
		Outras receitas de capital					
		Total	3 071 316,00	0,00	565 975,75	3 637 291,75	

8.3.2 – Contratação Administrativa

Situação dos Contratos

SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

Entidade	Contrato			Visto Tribunal Contas		Data do 1º Pagamento	Pagamentos na Gerência			Pagamentos Acumulados			Observações
	Objeto	Data	Valor	Nº Reg	Data		Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	
BP Portugal – Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A	Combustíveis - Acordo Quadro	01-07-2015	14 760,00			28-09-2015	4 665,27			6 226,84			
Higiene Plus - Produtos e Materiais de Higiene e Limpeza, Lda	Aquisição de Produtos de Higiene e Limpeza - Acordo Quadro	01-01-2014	1 862,53			27-05-2014	230,11			1 862,53			
Modelo Continente Hipermercados	Aquisição de artigos de limpeza	13-01-2016	216,11			13-01-2016	216,11						
Modelo Continente Hipermercados	Aquisição de pilhas	13-01-2016	2,99			13-01-2016	2,99						
Quiosque - Natalina Carneiro, Venda de Jornais e Revistas	Aquisição de Jornais	01-01-2016	1 474,50			29-01-2016	1 474,50						
Pingo Doce - Distribuição Alimentar, S.A.	Aquisição de Bens de Consumo	17-03-2016	40,82			17-03-2016	40,82						
Modelo Continente Hipermercados	Aquisição de Bens de Consumo	31-03-2016	19,97			31-03-2016	19,97						
Pingo Doce - Distribuição Alimentar, S.A.	Aquisição de artigos de limpeza	30-12-2016	1,68			30-12-2016	1,68						
Max One - Material de Escritório, Lda.	Aquisição de Papel de Escritório Acordo Quadro	01-01-2016	348,70			28-12-2016	348,70						
Beltrão Coelho - Sistemas de Escritório, S.A.	Aquisição de Consumíveis de Impressão - Acordo Quadro	01-01-2016	955,23			23-06-2016	955,23						
Paulo S. Conde, Lda.	Aquisição de Consumíveis de Impressão - HP	16-09-2016	2 035,77			27-10-2016	2 035,77						
Edrevistas - Sociedade Editorial, S.A.	Subscrição do Jornal de Negócios - 1.º Semestre	09-03-2016	140,00			09-03-2016	140,00						
Edrevistas - Sociedade Editorial, S.A.	Subscrição do Jornal de Negócios - 2.º Semestre	04-10-2016	140,00			04-10-2016	140,00						
ST & SF, Lda.	Subscrição anual do Diário Económico	09-03-2016	240,00			09-03-2016	240,00						
Item Solutions - Sistemas de Informação, S.A.	Aquisição de 3 discos para a NAS (Rede)	27-04-2016	531,80			27-04-2016	531,80						
Item Solutions - Sistemas de Informação, S.A.	Aquisição de 2 discos para a NAS (Rede)	12-09-2016	354,54			27-09-2016	354,54						
OHM Técnica - Representações de Marcas, Lda.	Reforço da Aquisição de Produtos de Economato	30-05-2016	366,18			30-05-2016	366,18						
BAS - Sociedade de Advogados, R.L.	Mandato judicial para defesa do IGFCSS no âmbito dos processos judiciais movidos p/ colaboradores no Tribunal Administrativo	14-03-2016	19 188,00			23-06-2016	5 910,15						
BAS - Sociedade de Advogados, R.L.	Pagamento de Taxa de Contestação com reconvenção PROC 3465/14.OBEPR	24-03-2016	1 468,80			24-03-2016	1 468,80						
BAS - Sociedade de Advogados, R.L.	Pagamento de Taxa de Contestação Suspensão de Quantias Indevidamente pagas- PROC 3465/14.OBEPR	04-10-2016	734,40			27-10-2016	734,40						
BAS - Sociedade de Advogados, R.L.	Pagamento de custas judiciais relativo ao recurso interposto pelo CD - Proc.1770/13.1BPERT.	15-12-2016	306,00			28-12-2016	306,00						
Chaviarte - Chaves, Lda.	Aq. de 5 sinais luminosos + Aq. Sinalética de Identificação	29-06-2016	86,20			29-06-2016	86,20						
El Corte Inglés	Aquisição de Produtos de Limpeza	19-04-2016	22,30			19-04-2016	22,30						
Santogal F. Comercio e Reparação de Automóveis S.A.	Reparação do veículo 45-73-XB	30-05-2016	23,41			30-05-2016	23,41						
Livraria Barata - António D. M. Barata, Lda	Aquisição da revista The Economist	29-01-2016	6,50			29-01-2016	6,50						
Casa das Lâmpadas, Lda.	Aquisição de lâmpadas fluorescentes, um arrancador e uma tomada (ficha).	07-04-2016	77,06			07-04-2016	77,06						
IKEA-Ingvar Kamprad Elmtaryd Agunnaryd, Svenska AB	Aquisição de um piçaba	27-04-2016	7,90			27-04-2016	7,90						
The Economist Newspaper Ltd.	Subscrição The Economist	23-11-2016	279,00			16-12-2016	279,00						
New Executive Services	Subscrição Harvard Business Review	23-11-2016	126,86			16-12-2016	126,86						
Perfumaria Douglas Portugal, Lda.	Aquisição de um escoredouro da louça	15-05-2016	9,95			15-05-2016	9,95						
Eden Springs - Portugal, S.A.	Aquisição de Garrafas de água	01-01-2015	688,14			26-03-2015	380,78			688,14			
Eden Springs - Portugal, S.A.	Reforço na aquisição de Garrafas de água	18-07-2016	183,06			28-12-2016	183,06						
Staples Portugal - Equipamentos de Escritório, S.A.	Aquisição de garrafas de água	01-01-2015	353,63			26-11-2015	312,41			353,63			
Águas do Porto, EM	Fornecimento de água	31-03-2000	1 072,07			31-03-2000	1 072,07						
Operandus - Limpeza Profissional, Lda.	Serviço de limpeza Lisboa (Contrato novo até Nov16)	01-04-2016	2 998,94			30-05-2016	2 998,94						
Imobiliária Azul e Branca	Condominio	01-05-2003	23 561,16			05-08-2003	23 561,16						
	A Transportar...						49 330,62						

SITUAÇÃO DOS CONTRATOS – Continuação

Entidade	Contrato			Visto Tribunal Contas		Data do 1º Pagamento	Pagamentos na Gerência			Pagamentos Acumulados			Observações
	Objeto	Data	Valor	Nº Reg	Data		Trabalhos Normais	Revisão de Preço	Trabalhos a Mais	Trabalhos Normais	Revisão de Preço	Trabalhos a Mais	
	Transporte...						49 330,62						
Galp Power, S.A.	Fornecimento de electricidade	02-11-2015	92 250,00			09-12-2015	21 380,52			23 215,40			
NCC - Facility Services, S.A.	Serviço de limpeza Lisboa	28-10-2014	5 260,80			26-11-2014	789,12			5 260,80			
Eurorex - Facility Services, S.A.	Serviço de limpeza Porto (Contrato novo até Nov16)	01-04-2016	7 189,63			30-05-2016	7 189,63						
NCC - Facility Services, S.A.	Serviço de limpeza Porto (Contrato antigo)	08-05-2015	9 937,84			26-06-2015	2 710,32			9 937,84			
Iberlim - Sociedade Técnica de Limpeza, S.A.	Serviço de limpeza Porto - Lx e Pt (Contrato novo)	01-11-2016	45 272,46			28-12-2016	1 257,57						
Farmácia Queija Ferreira	Aquisição de produtos relacionados com Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	16-06-2015	72,58			01-07-2016	72,58						
ATM - Assistência Total e Manutenção, S.A. (ex: Efacec)	Reparação do Ar Condicionado Bastidor	20-11-2015	790,40			23-06-2016	790,40						
CMFT - Comércio de Pneus e Acessórios, Lda.	Aquisição de dois pneus Michelin 195/65R15 - Pneus p/ o veículo 94-14-QC	26-07-2016	170,00			26-07-2016	170,00						
Feliz Londres Shopping, Lda.	Aquisição de copos de plástico	29-07-2016	0,75			29-07-2016	0,75						
Galp Energia, S.A.	Lavagem da viatura da marca peugeot 94-14-QC	30-06-2016	5,50			30-06-2016	5,50						
Midas - Número Um, S.A.	Aquisição de uma Bateria Standard para o veículo 51-92-ZI	27-01-2016	124,28			27-01-2016	124,28						
Palma de Carvalho - Ind. e Com. de Automóveis	2 Lavagens da viatura (exterior e interior) da marca Volvo 45-73-XB	29-07-2016	30,02			29-07-2016	30,02						
Crowe Horwarth Portugal	Fiscal Único Cf. Despacho Conjunto n.º 3378/2013 de 28 de janeiro (Finanças e e Seg.Social)	04-03-2013	68 207,40			30-12-2013	13 641,48			52 292,34			
Cinet - Comunicações e Projectos Especiais, S.A.	Reparação de uma switch	11-05-2016	538,13			23-06-2016	538,13						
Controlauto - Control Técnico Automóvel, S.A.	Inspeção Anual Obrigatória do veículo 94-14-QC	08-07-2016	30,54			26-08-2016	30,54						
Grupo Editorial Vida Económica	Aquisição do Livro: Finanças e Gestão de Riscos Internacionais	20-07-2016	24,30			27-09-2016	24,30						
Servisan - Produtos de Higiene, S.A.	Aquisição de Produtos de Higiene e Limpeza - A. Quadro	01-11-2016	5 972,49				0,00						
Servisan - Produtos de Higiene, S.A.	Aquisição de Produtos de Higiene e Limpeza - A. Quadro - Procedimento intercalar	28-03-2016	348,98			30-05-2016	348,98						
Imoestatística - Sistemas de Informação de Imobiliário, Lda.	Assinatura da revista Confidencial Imobiliário	28-11-2016	290,00			28-12-2016	290,00						
LC Power - Soluções de Energia, S.A.	Manutenção anual da UPS	29-02-2016	2 994,58			24-03-2016	2 994,58						
Ribeiro & Mtec Unipessoal, Lda.	Reparação das instalações Sanitárias	07-04-2016	147,60			30-05-2016	147,60						
José Manuel Martins, Lda.	Reparação do veículo 14-94-QC	30-03-2016	31,83			27-04-2016	31,83						
Ribeiro & Mtec Unipessoal, Lda.	Reparação das instalações Sanitárias	06-06-2016	127,83			23-06-2016	127,83						
Ribeiro & Mtec Unipessoal, Lda.	Reparação das instalações Sanitárias	19-12-2016	127,84			28-12-2016	127,84						
AMF - Petrolima, Lda.	Reparação, revisão e inspeção do veículo 51-92-ZI	25-11-2016	572,54			28-12-2016	572,54						
Olimar - Artigos de Papelaria, Lda.	Aquisição de um carimbo com o logótipo do FCT	08-03-2016	16,90			23-06-2016	16,90						
BNP IMOFUNDOS - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Renda de instalações - Porto	01-04-2013	487 075,52			07-06-2013	94 355,69			353 474,60			
SGMESESS - Portaria n.º 278/2012	Renda de instalações - Lisboa	01-01-2016	14 880,00			06-03-2015	14 880,00						
Luirama - Comércio de Equipamentos de Escritório e Afins, Lda	Aquisição de pilhas p/ rato de computador	16-11-2016	1,11			16-11-2016	1,11						
IKEA Ingvar Kamprad Elmtaryd Agunnaryd, Svenska AB	Aquisição de vasos	31-10-2017	4,50			31-10-2017	4,50						
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	Prestação de serviços de telefónico fixo - Porto - Acordo Quadro-SVDLF	05-06-2015	141,61			15-07-2015	22,58			141,61			
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.	AQ SMT - ESPAP (Contrato novo)	12-11-2014	5 039,48			31-12-2014	1 949,23			3 943,54			
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.	Comunicações no âmbito do domínio igfcs.pt - Acesso à internet (contrato novo)	01-08-2016	600,00			07-10-2016	107,03						
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.	Comunicações no âmbito do domínio igfcs.pt - Acesso à internet (contrato antigo)	01-08-2015	266,32			14-09-2015	155,33			266,32			
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.	Prestação de serviços de telefónico fixo - Lisboa - Acordo Quadro-SVDLF	01-06-2015	480,00			20-10-2015	195,97			218,71			
Amazon	Aquisição de Livros Técnicos	28-12-2016	79,71			28-12-2016	79,71						
NOS Comunicações, S.A.	Serviço de Distribuição de televisão por cabo	01-01-2016	777,16			26-01-2016	777,16						
CTT - Correios de Portugal	Serviços Postais (Pré Pago - novo)	01-04-2016	1 000,00			06-12-2016	300,00						
CTT - Correios de Portugal	Serviços Postais (fora do Pré-Pago)	01-01-2016	51,00			05-02-2016	51,00						
CTT - Correios de Portugal	Serviços Postais (Pré Pago - antigo)	01-04-2015	700,00			02-07-2015	300,00			700,00			
Caravela - Companhia de Seguros, S.A.	Seguros de 3 veículos automóveis	30-12-2016	405,39			25-11-2016	405,39						
Cartório Notarial Isabel Catarina Ferreira	Reconhecimento de assinatura Notarial	29-02-2016	65,28			29-02-2016	65,28						
Trübylrotten-Est. Serv. Protecção Ambiental, Lda.	Serviços de desinfectação e desinfectação	14-02-2016	215,25			29-02-2016	215,25						
Transportes Centrais do Monte Pedral, Lda.	Serviço de Transporte de material informático de Lisboa para o Porto	15-06-2015	79,95			23-06-2016	79,95						
Céger - Centro de Gestão da Rede Informática do Governo	Cartão de Certificação Eletrónica	15-06-2015	150,00			29-12-2016	150,00						
Santogal P - Comércio e Reparação de Automóveis, Lda	Revisão e Inspeção Anual Obrigatória do Veículo 45-73-XB	05-02-2016	567,96			29-02-2016	567,96						
Linkcom-Serviços de Informação, S.A.	Aquisição de um Cluster para o Sistema de Aplicação de Ativos - "Trader"	30-11-2016	28 290,00			28-12-2016	28 290,00						
Câmara Municipal de Lisboa	Estacionamento privativo na via pública de 2 veículos do IGFCS	05-05-2016	3 000,00			27-05-2015	3 000,00						
Guilat - Serviços de Telecomunicações	Aquisição de cabos azuis e blocos de extensão	19-01-2016	181,55			24-03-2016	181,55						
Law Debentures Corporate Services	Serviço prestado com contratos ISDA-Interest Swaps and Derivatives Association	20-05-2016	525,68			31-05-2016	525,68						
Fireprin - Eq. de Prevenção Contra Incêndio, Lda	Manutenção do extintor do Pólo Técnico	19-05-2016	9,23			23-06-2016	9,23						
Est. Parques de Estacionamento, S.A.	Estacionamento do veículo 94-14-QC na via pública	03-08-2016	387,60			27-09-2016	387,60						
Transportes Intermodais do Porto, ACE	Despesas com a aquisição de Bilhetes	28-01-2016	156,00			28-01-2016	156,00						
Parque Campanhã - Mediata G. Estacionamento, S.A.	Estacionamento	26-02-2016	9,50			26-02-2016	9,50						
Brisa - Auto Estradas de Portugal, S.A.	Despesas com portagens	29-01-2016	1 581,75			29-01-2016	1 581,75						
Escalatur - Viagens e Turismo, Unipessoal, Lda.	Serviços de Viagens, Transportes e Alojamentos - Acordo Quadro	01-01-2016	1 139,54			27-01-2016	1 139,54						
	A Transportar...						252 687,85						

SITUAÇÃO DOS CONTRATOS – Continuação

Entidade	Contrato			Visto Tribunal Contas		Data do 1º Pagamento	Pagamentos na Gerência			Pagamentos Acumulados			Observações
	Objeto	Data	Valor	Nº Reg	Data		Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos e Mais	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos e Mais	
	Transporte...						252 687,85						
Serviços Sociais da CML	Estacionamento	30-06-2016	1,75			30-06-2016	1,75						
Albel, S.A.	Estacionamento	30-11-2016	1,30			30-11-2016	1,30						
ANA - Aeroporto de Lisboa	Estacionamento	28-12-2016	34,00			28-12-2016	34,00						
Estl - Parques de Estacionamento, S.A.	Estacionamento	26-02-2016	22,50			26-02-2016	22,50						
EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, EM, S.A.	Estacionamento	26-02-2016	322,80			26-02-2016	322,80						
CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, S.A.	Estacionamento	29-01-2016	4,50			29-01-2016	4,50						
Faculdade de Economia do Porto	Doutoramento em Gestão - Especialidade em Finanças	01-01-2016	11 520,00			07-07-2016	2 250,00						
Ensigala, Lda	Módulo Mercado de Capitais	29-10-2016	287,50			25-11-2016	287,50						
OCC - Ordem dos Contabilistas Certificados	Orçamento de Estado para o ano de 2016.	20-04-2016	32,00			27-04-2016	32,00						
Rumos, S.A.	Configuring and Administering Hyper V in Windows Server 2012	22-06-2016	1 000,91			06-07-2016	1 000,91						
Rumos, S.A.	Configuring and Administering Hyper V in Windows Server 2012	22-06-2016	1 000,92			06-07-2016	1 000,92						
IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	O Impacto da LOE-2016 nas Compras Públicas	20-06-2016	90,00			28-12-2016	90,00						
IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas	11-11-2016	250,00			28-12-2016	250,00						
IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas	11-11-2016	250,00			28-12-2016	250,00						
IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas	11-11-2016	250,00			28-12-2016	250,00						
IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	Fiscalização Prévia de Contratos e Jurisprudência do Tribunal de Contas	29-11-2016	190,00			28-12-2016	190,00						
Opensoft - Weventual, Unipessoal, Lda.	SQL - Server Professional Configuration and Optimisation	30-09-2016	189,00			07-10-2016	189,00						
OCC - Ordem dos Contabilistas Certificados	Formação - SNC_AP	19-10-2016	32,00			27-10-2016	32,00						
CFA Institute	CFA Nivel 2	03-06-2016	735,00			25-11-2016	735,00						
Bloomberg (valor em USD)	Prestação informação rel.c./ mercados monetário e de capitais	03-04-2014	780 558,00	859/2014	30-05-2014	30-06-2014	76 728,37			747 398,64			Contravisor (€) em 2014: 226.037,49; Contravisor (€) em 2015: 339.988,41; Contravisor (€) em 2016: 68.342,65.
Bloomberg (valor em USD)	Prestação informação rel.c./ mercados monetário e de capitais	03-04-2016	805 217,04	2119/2016, 2268/2016	13-10-2016	24-10-2016	250 493,00			250 493,00			Contravisor (€) em 2016: 284.116,33.
Mercer Portugal, Lda.	Consultoria Técnica ao processo de seleção do Banco de Custódia	27-04-2010	54 360,00			17-06-2010	11 070,00			54 360,00			
Law Debentures Corporate Services	Serviço de Process Agent para os contratos ISDA com o HSBC e Deutsche Bank	06-12-2012	700,00			29-01-2013	226,91			700,00			
Vieira de Almeida & Associados - Sociedade de Advogados R.L.	Assessoria Jurídica para análise dos Anexos ISDA para EMIR - European Market Infrastructure	12-09-2015	5 658,00			30-05-2016	5 658,00						
Vieira de Almeida & Associados - Sociedade de Advogados R.L.	Assessoria Jurídica - EMIR - European Market Infrastructure Regulation	15-07-2015	6 150,00			26-08-2016	1 476,00						
Grant Thornton & Associados, SRCC, Lda.	Auditoria e Certificação de Contas - 2015 a 2016	02-12-2015	43 824,00			28-12-2015	21 911,59			29 215,70			
ConstruLink - Tecnologias de Informação, S.A.	Plataforma Eletrónica de Contratação Pública	01-04-2016	2 507,43				0,00						
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda	Publicação de anúncio de CLPQ no Diário da República	07-01-2016	752,76			07-01-2016	752,76						
Prosegur - Companhia de Segurança Unipessoal, Lda. (contrato novo)	Recolha e guarda de suportes informáticos	01-06-2016	3 099,60			26-07-2016	1 808,10						
Prosegur - Companhia de Segurança Unipessoal, Lda. (contrato antigo)	Recolha e guarda de suportes informáticos	01-03-2013	10 332,36			24-04-2013	574,02			10 332,36			
Codeware - Consultoria, Desenvolvimento e Software	Assistência técnica aplicação informática do Sistema de Gestão de Ativos (Contrato antigo)	07-11-2013	201 295,62			30-12-2013	60 394,53			201 295,62			
Codeware - Consultoria, Desenvolvimento e Software	Assistência técnica aplicação informática do Sistema de Gestão de Ativos (Contrato Novo)	07-11-2016	237 396,15			28-12-2016	16 031,51						
ATM - Assistência Total e Manutenção, S.A. (ex: Etacec)	Manutenção do Ar Condicionado	01-01-2016	1 290,30			24-03-2016	1 290,30						
Frontline Systems, Inc.	Aquisição de software API Solver	05-02-2016	1 154,92			26-01-2016	1 154,92						
Nortecópia-Equip. Escritório, Lda	Assistência a fotocopiadoras	01-01-2016	858,32			27-01-2016	858,32						
Sagies-Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A. (Novo Contrato)	Higiene e saúde no trabalho	01-01-2016	1 842,88			29-02-2016	1 842,88						
APR-Management Solutions	Contrato de manutenção Software da contabilidade	01-01-2016	2 128,61			27-01-2016	2 128,61						
Julcar - Mobiliário Integrado, S.A.	Aquisição de 15 cadeiras giratórias	22-02-2016	1 900,35			27-04-2016	1 900,35						
Sagies-Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A. (Contrato antigo)	Higiene e saúde no trabalho	14-02-2013	5 467,64			24-04-2013	465,02			5 467,64			
Táxis Estrela da Batalha, Lda.	Serviço de Táxi	27-01-2016	9,00			27-01-2016	9,00						
Volante do Saber, Unipessoal, Lda.	Serviço de Táxi	27-01-2016	6,00			27-01-2016	6,00						
Damião Fonseca de Sousa	Serviço de Táxi	27-01-2016	9,00			27-01-2016	9,00						
Auto Táxis - Rodrigues & Sarabigo, Lda.	Serviço de Táxi	29-01-2016	6,95			29-01-2016	6,95						
Táxis - Gonçalves & Nunes, Lda.	Serviço de Táxi	29-01-2016	7,05			29-01-2016	7,05						
Auto Táxis - St. Condestável, Lda.	Serviço de Táxi	29-01-2016	7,00			29-01-2016	7,00						
Táxis Álvaro, Afonso & Costa, Lda.	Serviço de Táxi	29-01-2016	4,35			29-01-2016	4,35						
Guilherme Joaquim da Silva Almeida Novais	Serviço de Táxi	29-01-2016	4,95			29-01-2016	4,95						
Táxis Vietas Marques, Lda	Serviço de Táxi	26-02-2016	47,05			26-02-2016	47,05						
Silveira Táxis, Lda.	Serviço de Táxi	26-04-2016	9,00			26-04-2016	9,00						
Usa e Abusa - Táxis, Lda.	Serviço de Táxi	26-04-2016	12,00			26-04-2016	12,00						
José Relvas, Lda.	Serviço de Táxi	26-04-2016	6,00			26-04-2016	6,00						
Auto-Táxi Ribeiro da Silva, Lda	Serviço de Táxi	26-04-2016	9,00			26-04-2016	9,00						
Táxis Santos e Rebelo, Lda	Serviço de Táxi	26-04-2016	7,00			26-04-2016	7,00						
J. Moita Táxis, Unipessoal, Lda	Serviço de Táxi	26-04-2016	7,90			26-04-2016	7,90						
Auto Táxis Papa-Lúguas, Lda	Serviço de Táxi	26-04-2016	6,00			26-04-2016	6,00						
Sociedade de Táxis os Familiares, Lda	Serviço de Táxi	26-04-2016	9,00			26-04-2016	9,00						
	A Transportar...						741 806,08						

SITUAÇÃO DOS CONTRATOS – Continuação

Entidade	Contrato			Visto Tribunal Contas		Data do 1º Pagamento	Pagamentos na Gerência			Pagamentos Acumulados			Observações
	Objeto	Data	Valor	Nº Reg	Data		Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Trabalhos Normais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	
	Transporte...						741 806,08						
Táxis Central da Pampulha Unipessoal, Lda	Serviço de Táxi	26-04-2016	12,00			26-04-2016	12,00						
Caminhos Rasgados - Táxi, Lda	Serviço de Táxi	26-04-2016	10,00			26-04-2016	10,00						
Auto Táxis Fajoco, Lda	Serviço de Táxi	26-04-2016	20,00			26-04-2016	20,00						
Auto Táxis Marques & Martins, Lda	Serviço de Táxi	26-04-2016	24,00			26-04-2016	24,00						
Sérgio Manuel da Conceição Pereira	Serviço de Táxi	31-05-2016	6,85			31-05-2016	6,85						
Auto Táxis Seixense, Lda.	Serviço de Táxi	31-05-2016	6,95			31-05-2016	6,95						
Joaquim Sousa Carneiro, Unipessoal, Lda.	Serviço de Táxi	31-05-2016	5,50			31-05-2016	5,50						
Clara e Monteiro, Lda.	Serviço de Táxi	31-05-2016	5,00			31-05-2016	5,00						
Serviço a Táxi - Maria Adelina Ferreira Rodrigues	Serviço de Táxi	23-06-2016	4,05			23-06-2016	4,05						
Serviço a Táxi - Auto Táxis Fontão, Lda	Serviço de Táxi	23-06-2016	5,70			23-06-2016	5,70						
Serviço a Táxi - Fernando Ladeira & Lina, Lda	Serviço de Táxi	23-06-2016	6,50			23-06-2016	6,50						
Serviço a Táxi - AutoTáxis Oliveira & Filhos, Lda	Serviço de Táxi	26-07-2016	6,15			26-07-2016	6,15						
Serviço a Táxi - Transp. Central Avelino Godinho,	Serviço de Táxi	26-07-2016	6,65			26-07-2016	6,65						
Autocoope, CRL	Serviço de Táxi	26-08-2016	19,65			26-08-2016	19,65						
Serviço a Táxi - João Freitas & Francisco Freitas	Serviço de Táxi	26-08-2016	7,00			26-08-2016	7,00						
Kolakeb - Táxis, Lda	Serviço de Táxi	26-08-2016	7,65			26-08-2016	7,65						
Táxis Turismo Ideal de Lisboa, Lda	Serviço de Táxi	26-08-2016	8,00			26-08-2016	8,00						
Gaspar, Silva - Unipessoal, Lda	Serviço de Táxi	27-09-2016	5,00			27-09-2016	5,00						
Serviço a Táxi - Antónia & José	Serviço de Táxi	27-10-2016	6,35			27-10-2016	6,35						
Serviço a Táxi - Simões & Antunes	Serviço de Táxi	27-10-2016	6,75			27-10-2016	6,75						
Serviço a Táxi - Anibal Júlio de Castro Ferreira	Serviço de Táxi	27-10-2016	6,00			27-10-2016	6,00						
Táxi - Irmãos Afonso	Serviço de Táxi	27-10-2016	5,00			27-10-2016	5,00						
Noeluis Táxis, Lda	Serviço de Táxi	27-10-2016	7,00			27-10-2016	7,00						
Auto Táxis Santos Martins, Lda	Serviço de Táxi	27-10-2016	10,00			27-10-2016	10,00						
Auto Táxis Branco & Fernandes, Lda	Serviço de Táxi	27-10-2016	6,75			27-10-2016	6,75						
Táxi Barnusto, Lda.	Serviço de Táxi	28-12-2016	10,00			28-12-2016	10,00						
Táxi Girante, Lda.	Serviço de Táxi	28-12-2016	10,00			28-12-2016	10,00						
Sociedade Táxis Pró-Nova, Lda.	Serviço de Táxi	29-12-2016	5,15			29-12-2016	5,15						
Mateus & Barata, Lda.	Serviço de Táxi	29-12-2016	6,05			29-12-2016	6,05						
Táxis Emilia & Guedes, Lda.	Serviço de Táxi	30-12-2016	7,00			30-12-2016	7,00						
Serviço a Táxi - Nuvenvolante Táxis, Lda.	Serviço de Táxi	30-12-2016	10,00			30-12-2016	10,00						
Total...							742 068,78						

Formas de Contratação

FORMAS DE CONTRATAÇÃO

Tipo de Contrato (1)	Formas de Adjudicação														Total	
	Concurso Público		Concurso Limitado c/ Prévia Qualificação		Concurso Limitado c/ Apresentação Candidaturas		Concurso Limitado s/ Apresentação Candidaturas		Por Negociação c/ Publicação Prévia Anúncio		Por Negociação s/ Publicação Prévia Anúncio		Ajuste Direto			
	NºContr (2)	Valor (3)	NºContr (4)	Valor (5)	NºContr (6)	Valor (7)	NºContr (8)	Valor (9)	NºContr (10)	Valor (11)	NºContr (12)	Valor (13)	NºContr (14)	Valor (15)	NºContr (16)	Valor (17)
Locação																
Empreitada de Obras Públicas																
Gestão de Serviços Públicos																
Prestação de Serviços													84	1 142 033,48	84	1 142 033,48
Aquisição de Bens													37	14 936,07	37	14 936,07

8.3.4 – Transferências e Subsídios

Transferências de Capital – Despesa

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – DESPESA

Disposições Legais (1)	Transferências Orçamentadas (2)	Transferências Autorizadas (3)	Transferências Efetivadas (4)	Transferências Autorizadas e Não Efetivadas (5)=(3)-(4)
Transferências para o FEFSS	505 975,75	505 975,75	505 975,75	0,00

Este valor corresponde a parte do saldo orçamental na posse do IGFCCS, IP a 31/12/2015, foi devolvido ao FEFSS com base no disposto no nº1 do artigo 48º da Lei nº 91/2001 de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei nº 41/2014, de 10 de julho, em conjugação com o artigo 4º do Decreto-Lei nº 71/95, de 15 de Abril e o artigo 69º da Lei nº 7-A/2016 de 30 de março.

Transferências Correntes – Receita

Transferências destinadas ao financiamento das despesas correntes, conforme descrito na nota 8.2.39.7

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – RECEITA		
Disposições Legais	Transferências Orçamentadas	Transferências Obtidas
Transferências Correntes Obtidas		
FEFSS	2 787 816,00	2 787 816,00

Transferências de Capital – Receita

Transferências destinadas ao financiamento das despesas de capital, provenientes do FEFSS de acordo com o Orçamento aprovado.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – RECEITA		
Disposições Legais	Transferências Orçamentadas	Transferências Obtidas
Transferências do FEFSS	125 000,00	78 333,00





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 1.902.135 euros e um total de fundos próprios de 0 euros, incluindo um resultado líquido de 0 euros, a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 2.666.969 euros de despesa paga e um total de 3.158.394 euros de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 19 de abril de 2017



HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro (ROC 1126)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao
Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida, e os documentos de prestação de contas do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. ("Instituto") relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os quais são da responsabilidade do Conselho Diretivo do Instituto. Verificámos os procedimentos implementados e os elementos de suporte utilizados pelo Instituto para a avaliação dos activos que compõem o património dos fundos: Fundo de Certificados de Reforma e do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social.

Acompanhámos a evolução da atividade e os negócios do Instituto, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho Diretivo e dos diversos serviços do Instituto todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de dezembro de 2016, a Demonstração dos resultados por naturezas e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o respetivo Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do período de 2016 preparado pelo Conselho Diretivo do Instituto.

Conforme referido na nota 8.2.31 do Anexo às demonstrações financeiras, na sequência do relatório nº 29/2010 do Tribunal de Contas bem como do parecer nº 7/2012 do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República relativo à suspensão de algumas componentes remuneratórias, o Instituto solicitou formalmente a reposição dos valores pagos indevidamente no passado aos colaboradores. Adicionalmente, decorrente da interposição de processos judiciais por parte da maioria dos colaboradores, e tendo presente o princípio contabilístico da prudência, o Instituto constituiu uma provisão de cerca de 147.849 euros (2015: 123.373 euros) referente à possível responsabilidade pelo pagamento daquelas componentes remuneratórias.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho Diretivo e aos serviços do Instituto o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Porto, 19 de abril de 2017



HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro (ROC 1126)

Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. (“Instituto”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 1.902.135 euros e um total de fundos próprios de 0 euros, incluindo um resultado líquido de 0 euros), a demonstração dos resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 2.666.969 euros de despesa paga e um total de 3.158.394 euros de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 13 de abril de 2017



Grant Thornton & Associados - SROC, Lda.

Representada por Joaquim Filipe Martins de Moura Areosa (ROC n.º 1027)